BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
JORNAIS

Jornal Universitário de Coimbra

A CABRA

DOM Pires

Nº54 6 de Janeiro de 2000 **Quinzenal** **Director:** Bruno Ferreira **Director Adjunto:** Fernando Nunes
Produzido pela Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra **Distribuição Gratuita**

Já está nas bancas o álbum que reune os melhores trabalhos apresentados ao 1º Concurso de Banda Desenhada de Coimbra, numa edição conjunta da Livraria "Dr. Kartoon" e da Secção de Jornalismo, com o apoio da DG/AAC e da Clickart.

Pág. 13

Capote de saída

"Não queria que ninguém viesse dizer que era meu sucessor"

Ao deixar o seu cargo, Hugo Capote percorre as vicissitudes e sucessos do seu mandato à frente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra. Apesar dos problemas que importunaram a sua presidência e da não revogação da Lei do Financiamento do Ensino Superior, Capote afirma que o futuro encarregár-se-à de dar razão aos estudantes.

Academia

Estudante elegível

A expressão "estudante elegível", não sendo totalmente desconhecida no universo estudantil, continua a constituir um mistério para a maioria dos estudantes.

O regime de aplicabilidade e as possíveis implicações são questões que A Cabra pretende tornar claras numa altura em que a sua materialização parece eminente.

Páginas 6 a 8

Cinema

Godard no TAGV

Godard escreveu um dia : "O cinema deve ir a todo o lado. O que é preciso é fazer a lista de todos os lugares onde ele não chegou e dizer: ele deve ir aí. Se não está nas fábricas, nos bordéis, nas Universidades, há que o levar lá.".

Sete filmes de Jean Luc Godard, o mais importante cineasta francês vivo, que o TAGV nos dá a ver em Janeiro.

Páginas centrais

Entrevista

Manuel Rocha

Manuel Rocha é professor do Conservatório de Música de Coimbra e membro da Brigada Victor Jara.

Músico convidado de muitos projectos musicais da actualidade, fala-nos nesta entrevista de como se tornou músico, da falta de intercâmbio musical entre os músicos portugueses e da situação actual da música popular portuguesa.

Página 16

Hugo Capote fala sobre o seu mandato

"A guerra não está perdida"

Ao deixar o seu cargo Hugo Capote dá uma entrevista em que são percorridas as vicissitudes e sucessos do seu mandato à frente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra. Depois de desistências no seio da sua lista e de problemas outros que importunaram a sua presidência Capote afirma que o futuro encarregár-se-à de dar razão aos estudantes.

Entrevista realizada por
Bruno Ferreira e José Carlos Santos

Em que ponto é que fica, quando sais da Direcção Geral da Associação Académica (DG/AAC), o movimento associativo?

Muito honestamente, acho que o movimento associativo se renovou e acho que começou a deixar a curva descendente, que é normal que tenha após momentos muito elevados de contestação e de mediatização dos problemas. Isto não é uma desculpa de mau pagador, mas é complicado pegar num movimento associativo e mesmo na Associação no momento em que nós pegamos nela. É natural que as pessoas na altura, e isso sentiu–se na sociedade civil, estivessem fartas de ouvir falar de educação, foi o grande cavalo de batalha, não só durante quatro anos, mas durante os anos anteriores à própria legislatura do PS. A Associação Académica de Coimbra continua a liderar o movimento nacional associativo, continuam a partir dela as propostas, os textos , todo a discussão. Por exemplo, em ENDAs (Encontro Nacional de Dirigentes Associativos) a discussão faz–se à volta das propostas que a AA C, a FAP e algumas associações de Lisboa apresentam, e que as outras apenas ou aprovam ou destroem, nunca apresentam um documento.

Como é que analisas o estado da luta pela revogação da Lei Quadro do Financiamento do Ensino Superior visto que esse um dos vossos grandes projectos quando foram eleitos em Novembro?

Eu acho é que quem esteve estes anos nesta luta e que se calhar sai com alguma sensação que as coisas não foram ganhas ainda se vai rir daqui para a frente. E aquilo que eu prevejo, que é algo que quer o António (António Silva) quer a Zita (Zita Henriques) já previram nos seus tempos, é que esta lei é extremamente prejudicial e que enquanto ela foi mascarada, enquanto ela não entrou propriamente na prática, os próprios estudantes não percebiam muito bem- "lá vem de volta a velha história das propinas". Porque infelizmente muita gente conseguiu reduzir a Lei Quadro de Financiamneto só a uma questão de propinas. O que eu aposto é que num prazo muito curto, de dois , três anos no máximo dos máximos a falta de financiamento crónica que se vai fazer sentir nas universidades que por exemplo na universidade de Coimbra consegue ser colmatada porque se cortam gastos que eles consideram supérfluos (que acabam por ser supérfluos porque o básico é dar aulas) o que vai acontecer é que essa situação não se poderá manter durante muito mais tempo.

Era inoperante os estudantes insistirem em Senado para que o dinheiro das propinas fosse congelado?

Em todas as oportunidades que eu tive nós lançámos a nossa acha para a fogueira. Lembro–me perfeitamente agora quando foi a discussão dos pólos universitários, que se estava a falar o que é que custaria à Universidade de Coimbra construir um pólo universitário, eu na altura disse: "sinceramente não gosto muito da ideia dos pólos universitários porque me está a parecer que vamos ser nós, com o nosso dinheiro das propinas, a pagar os custos do crescimento da Universidade de Coimbra.

"A Europa começou a optar pela substituição dos serviços de acção social por empréstimos"

O senado pode encaixar o dinheiro da falta de propinas...

Pode. O problema é que a lei diz claramente que na hora a seguir aos alunos não terem cumprido o regulamento interno as sanções são aplicadas.

No mandato do António Silva foi propagado o boicote como método de combate às propinas, no teu mandato não fizeste qualquer tipo de apelo explícito ao boicote, porquê?

O boicote a esta lei é uma questão muito complicada, porque as sanções são muito mais duras do que eram as sanções da anterior lei. E depois eu lembro–me que no dia a seguir à tomada de posse acabava o prazo de Janeiro para o pagamento das propinas, tive uma reunião com o Reitor e aquilo que se decidiu foi: faz–se o tal requerimento e quem não tiver possibilidade de pagar faz o requerimento a pedir para adiar e depois logo se vai vendo. E aquilo que nos foi pedido foi para não se divulgar muito o número de boicotantes que existem. Eram números grandes, a universidade não queria ter que agir.

É muito mais fácil para um estudante chegar a uma DG vindo da parte de alguém, porque já tem os seus inimigos todos reconhecidos.

O Ministério poderia fazer chantagem nomeadamente com a elaboração dos contratos–programa ao saber destes números poderiam não celebrá–los?

Não sei se isso chegaria assim tão longe. Provavelmente o que eles fariam era: chegavam aqui e aplicavam as sanções aos alunos que não tinham pago. E aquilo que nós achámos na altura foi que iríamos manter o requerimento que era público. A decisão que tomámos é controversa, mas é uma decisão que a mal ou a bem foi a seguinte: sim senhor vamos trabalhar com a Universidade.

Houve um claro deslocamento do foco da contestação da questão das propinas para uma questão de qualidade, notou–se isso durante este ano foi uma estratégia? A luta contra o pagamento de propinas é uma causa perdida?É um dado adquirido que necessariamente teremos que pagar propinas?

Nós deixámos de falar concretamente nas propinas e passámos a exigir sempre a revogação da Lei Quadro que no fundo se resumia a dois artigos: o das propinas e do estudante elegível. Nós eramos claramente contra esses dois, foi sempre isso que dissemos, e exigimos a revogação da Lei até por uma questão de arejamento do próprio discurso, para não se estar sempre a focalizar as coisas na questão das propinas. Eu acho que não é uma guerra perdida, é uma guerra muito mais global do que aquilo que nós pensamos, é uma luta que não poderá ser só combatida só contra os ministérios da Educação e contra os governos porque isso são estratégias tomadas e assumidas pelos governos a nível europeu. Este ano tive a oportunidade de ir a uma reunião com estudantes europeus e em todos os países da Europa se começou a enveredar por um caminho de alguma privatização dos serviços públicos de ensino e da substituição dos serviços de acção social por empréstimos bancários.

O que eu aposto é que num prazo muito curto, de dois , três anos a falta de financiamento crónica vai fazer-se sentir na Universidade de Coimbra

Numa entrevista disseste que a questão do "estudante elegível" suscitará mais polémica que as propinas. Porque é que neste ano de legislativas não foi possível mobilizar os estudantes?

Porque os estudantes só reagem, não actuam antes. As 20 RGAs que nós fizemos no início do ano eram precisamente para isso, para lhes dizer que muitos deles se arriscam a não acabar o curso cá. Mas os estudantes fazem contas à vida e pensam: isto é só para ser aplicado daqui a três anos e isso já vai ser um problema dos estudantes que para cá vierem.O que é certo é que nós não podemos estar alheados disso e foi por isso que nós fomos às RGAs, aos programas de televisão discutir os problemas pedagógicos, levámos as coisas até ao fim, nós levámos problemas a Senado que nunca tinham sido levados, que nem os presidentes dos Conselhos Directivos tinham conhecimento deles. Nós também não podemos deixar de pensar numa coisa- os problemas não podem ser vistos apenas localmente, nem podemos ter uma visão extremamente reduzida dos problemas. Se há falta de professores é porque não há dinheiro para contratar mais, se não há dinheiro para contratar mais de onde é que ele vem? Vem do estado.Se não vem mais do estado, porquê? Porque há uma Lei Quadro de Financiamento que regulamenta aquilo daquela forma, ou seja uma lei que parece estar muito diferente dos problemas do quotidiano dos estudantes

Em que estado é que ficou no senado a questão do estudante elegível? Já existem propostas por parte da Associação Académica?

Não. A Associação Académica por uma questão de princípio não fez propostas de regulamentação do estudante elegível, o que fez foi acompanhar aquilo que as faculdades iam enviando para a reitoriae que depois era enviado para o Ministério. O que as faculdades pediram, em regra, foi: mais professores e mais dinheiro para pagarem horas extraordinárias e aulas de compensação. Só que eles só vão ter isso por um prazo limitado de tempo, que vai ser aquele prazo que vai servir

de transição entre a aplicação total e incondicional do regulamento do estudante elegível. O que eu acho é que isso que vai ser pedido durante um ano ou dois anos não devia ser pedido, é uma coisa que nós temos direito, que devia estar à partida assegurada. Agora na questão do estudante elegível, que é uma questão que se prende muito com o insucesso escolar, uma parcela do problema não é culpa do Ministério da Educação , é culpa da classe docente que nós temos e da mentalidade vigente que existe em muitos dos nossos docentes.

O que é que falhou para não se terem conseguido realizar mais acções de "luta" mobilizando os estudantes?

Aconteceu uma coisa muito estranha que foi muito estranha e muito má para nós. Após a manifestação de Março, em que deveríamos ter entrado outra vez em rota ascendente, criando um efeito de bola de neve, aconteceu alguma descoordenação entre as associações de estudantes (que acabou por culminar no famoso afastamento do Miguel Pinto da Federação Académica do Porto). Essa descoordenação a nível nacional levou a que não se conseguisse atingir os objectivos pretendidos . Este problema aniquilou–nos um "timing" essencial ao nível de Coimbra porque nós a seguir à manifestação e às comemorações do 17 de Abril, entrámos no famoso processo de convulsão interna e é impossível fazer uma mobilização de toda a academia quando se tem metade da DG para um lado e uma parte substancial para o outro.

Por outro lado, as convulsões da Queima também ocuparam bastante tempo. A Comissão Fiscalizadora da Queima das Fitas teve reuniões infindáveis a questionar orçamentos a querer saber de tudo *[ver caixa]*.

A AAC abandonou a primeira reunião com o Ministro da Educação do teu mandato, criticando a sua postura de arrogância, passado este tempo achas que essa foi a melhor estratégia?

Infelizmente era a única que nós podíamos ter tomado. Quer nós quer outras associações, como por exemplo a FAP, tinhamos decisões de corte institucional de relações com o Ministério da Educação. Nós quando tomámos posse recebemos uma cartinha a dizer que tinhamos uma reunião com o ministro e, não querendo ser acusados de falta de diálogo, fomos com o nosso programa e dissemos sobre o que queriamos falar. O ministro mandou–nos uma carta a dizer que aceitava falar sobre os items de discussão, mas foi muito complicado falar, foi uma reunião de três

horas em que nós nunca quisemos sair do mesmo ponto, ele quis sempre passar e nunca quis falar da questão do financiamento e do estudante elegível enquanto conceito, ele queria falar da regulamentação do estudante elegível e por uma questão de princípio, se nós somos contra o conceito não vamos discutir a regulamentação.

Qual é o balanço que fazes da pasta da Educação neste último ano?

[Suspiro] Pontos positivos a nível do ensino superior não encontro quase nenhuns.

A nível do ensino superior a questão da Lei Quadro do Financiamento do Ensino Superior é positiva por si porque uma das propostas do movimento associativo era uma Lei do financiamento, não era era esta lei. O mais negativo que eu vi no Marçal Grilo foi a capacidade que ele teve manipulação, de jogar as coisas como um jogador de xadrez. Há pequenas coisinhas que são extremamnete demonstrativas disso;ele quando mete as leis cá fora primeiro lança só a lei, depois a regulamentação vem não sei quanto tempo depois e só nas alturas de férias ou exames em que claramente o movimento associativo não podia podia sair para a rua. Nós andámos sempre a reboque dele.

Como é que analisas a actuação do Reitor, Fernando Rebelo?

Eu acho que é uma pessoa muito empenhada, especialmente nas questões internas da Universidade. A nível pedagógico deu–nos sempre um grande apoio, esteve sempre bastante receptivo. Nas questões de política educativa ele é dos mais inconformados, porque também é dos que tem mais cortes orçamentais, é dos que tem mais dificuldades e dos que tem mais peso a nível nacional.

Como é que vês o facto do Reitor ter afirmado na abertura oficial do Ano Lectivo que preferia falar de sucesso ao invés de insucesso escolar?

Aquilo que eu tenho do contacto pessoal com ele é que ele se preocupa com essa taxa de insucesso escolar que nós temos. A sensação que eu tenho é que ele pessoalmente estaria à espera de uma taxa de insucesso mais elevada, e mais elevada relativamente à de Aveiro e à de Braga e não tem. Dentro do mal todo não é um mal tão mau como ele pensaria e isso talvez lhe dê algum orgulho. O problema é que mesmo assim estamos a falar de milhares de alunos.

A nível pedagógico um dos projectos do teu mandato foi a elaboração de um livro negro. Em que ponto é que está a elaboração desse livro, visto que chegas ao fim do mandato e ainda não foi publicado? E será que esta foi uma boa forma ou estratégia para uma eventual resolução dos problemas pedagógicos?

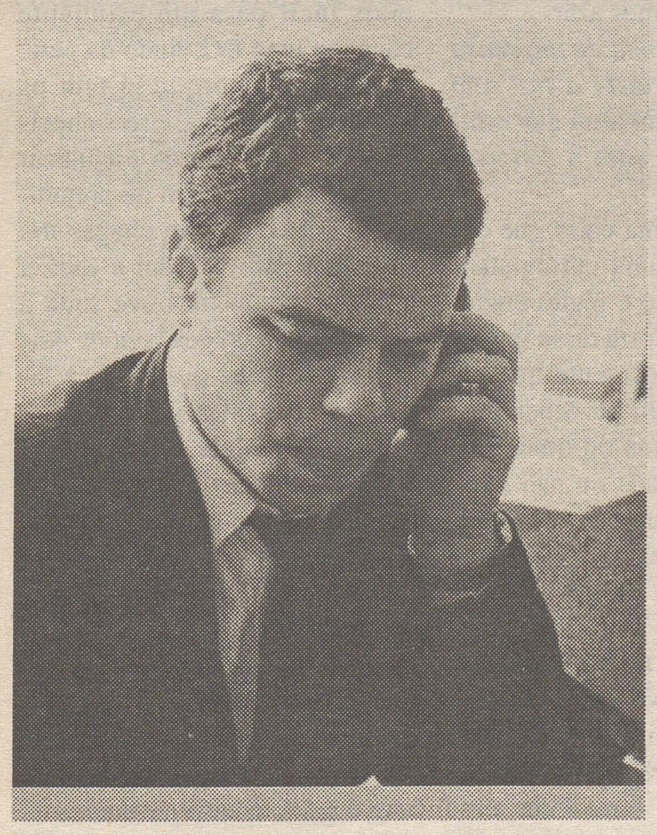
O livro negro não é para resolver nada é um instrumento de trabalho. Os inquéritos , as Reuniões Gerais de Alunos (RGA) por faculdade e as reuniões com os Conselhos Directivos dão–nos uma base profunda de conhecimento da Universidade. Neste sentido nós ouvimos os problemas dos alunos, as explicações de alguns directivos e vamos ficar com uma quantificação dos problemas por faculdade, por curso e por anos. Já se nota de alguma forma que há anos nos quais os problemas são mais profundos que os outros, há cursos mais críticos do que outros. Isto dá um quadro em relação à Universidade de Coimbra que eu nunca tinha tido e que eu acho que os alunos não têm e que nem a AAC tem.

É um instrumento, é uma forma de pressão.

Um dos pontos que ficou por resolver ainda foi a criação do Conselho Cultural (CC). Porque é que não foi concluido esse trabalho? Em que ponto é que ficou? E o que é que falta?

Eu acho que está pertíssimo de ser concluído. O que ficou por fazer foi o acerto final do regulamento interno do Conselho Cultural, falta só discutir uma questão que é a de elaboração da lista para o CC que ficou de certo modo presa por algumas secções. Se calhar para grande ➔

"Eu não queria projectos H abortados"



Porque é que só anunciaste a tua não recandidatura a 15 minutos do fim do prazo de entrega das listas para a DG? Quando é que tomaste esta decisão?

Decidi–me poucos dias antes. Decidi durante a Latada e não o iria anunciar durante a Latada, não tinha cabimento nenhum. Depois se tivesse havido algum sucessor dentro do grupo de trabalho, dentro das pessoas que trabalharam comigo desde o princípio, que tivesse chegado ao pé de mim e me tivesse dito que se queria candidatar eu tinha–lhe dado meu apoio e tinha dito antes que não me iria candidatar. Como não havia nenhum sucessor realmente do projecto H, do projecto da lista H, eu decidi que não queria que ninguém viesse dizer que era meu sucessor, meu herdeiro mesmo que depois eu viesse dizer que não me recandidatava e que não apoiava ninguém. Uma coisa é eu convidar as pessoas para vir trabalhar comigo, outra coisa é eu achar que são pessoas suficientemente capazes de liderar a Associação Académica durante um ano. Eu não queria projectos H abortados ou diferentes daquele que tinha sido o nosso, mais valia acabar com o nosso, acabar o mandato para o qual fomos eleitos.

Sentiste que condicionaste o processo normal de apresentação das listas?

Não. Senti foi que as listas se condicionaram a mim.

Mas tinhas consciência disso?

Tinha, mas das duas uma ou se faz um projecto para a Associação Académica de Coimbra ou então está–se à espera que uma candidatura mais forte desista. Se houve candidaturas que tinham gente, que tinham uma equipa, então porque é que não apresentaram as listas? São pessoas que fizeram oposição sistemática durante um ano à DG então que raio de coerência é esta se não apresentam uma lista. Então se eles desistiram porque eu poderia vir a apresentar uma candidatura então afinal eu e a DG não eramos assim tão maus.

Muitas pessoas disseram que tu, ao não te recandidatares, criaste um problema à AAC. Concordas?

A votação não foi assim tão má como toda a gente estava à espera, a votação do Humberto é uma votação muito boa, mais de três mil votos nas eleições é muito bom. Acho que esse problema não se põe, agora mesmo que se pusesse havia uma grande vantagem, o Humberto pôde fazer uma lista não seguindo determinadas condicionantes que eu tive que seguir.

Achas que essas condicionantes já não tinham surtido efeito?

Mas repara que há um período legal de alteração das listas. E curiosamente o Humberto alterou a lista dele durante esssa altura.

Achas que deste modo deste a vitória de mão beijada à lista V, tendo em conta que já tinhas conhecimento das listas que havia quando tomaste a decisão?

Isto não foi propositadamente feito para que o Humberto ganhasse as eleições. Eu digo sinceramente que o Humberto teve coragem de apresentar um projecto contra a minha eventual recandidatura, coisa que outras pessoas não tiveram. Por isso se calhar foi a recompensa que teve, foi não ter umas eleições tão complicadas como pensava vir a ter.

pena minha não poderá ser feita ainda no meu mandato só que muito honestamente não falta quase nada para que o CC comece a funcionar.

Na conferência de imprensa em que anunciaste a tua não recandidatura falaste em primeiro lugar na auditoria que está a ser feita. Na altura disseste que estava muito perto de estar concluida mas também não será concluida no teu mandato...

A informação que eu tenho é que está a ser elaborado o relatório final, e quando este estiver feito a auditoria está acabada e nós podemos fazer o que quisermos...

Mas achas que sem auditoria não seria possível ter um conhecimento concreto do estado financeiro da AAC?

Era, mas não tão completo . Nós estamos a falar de três profissionais que passaram um mês e tal todos os dias na Associação Académica a ver as coisas.O grande papel que a auditoria aqui tem, e a grande vantagem, é que depois nos permite fazer uma avaliação de recursos humanos, do quadro de gestão, da organização interna da AAC e o que é que eles acham que poderia ser feito para melhorar a actual organização.

A DG só se pronunciou acerca da decisão da retroactividade da lei que concedia a prescrição de certas dívidas da AAC ao Estado no mês de Novembro, quando ela já tinha sido tomada antes das eleições legislativas. Porquê?

O que nós queriamos fazer era juntar numa mesma conferência de imprensa a auditoria e a questão desse "perdão fiscal". Ou seja seria uma conferência de imprensa em que se falaria tudo sobre o estado financeiro da AAC. Nós quisemos esperar um bocado por causa da auditoria que ainda não estava decidida mas a partir do momento em que estivesse acabada nós íamos falar nela. Alguém estragou esse efeito, e quis que saísse para os jornais antes das eleições legislativas para fazer campanha e para fazer publicidade ao governo nessa matéria. E essa pessoa, que eu me escuso a revelar o nome porque sei de fonte pessoal e como é óbvio não o posso revelar aqui, quis que essa notícia tivesse exactamente esse efeito.

Essa pessoa pertencia à DG?

Não. É uma pessoa de fora da Associação Académica.

O que é que achas do Humberto Martins e da sua equipa, pelo que conheces deles?

Não tenho opinião formada. Só acho muito estranho que uma DG não tenha um pelouro de política educativa, mas eles já me explicaram como é que as coisas vão funcionar. É a opinião deles. Mas corro nesta altura o risco de ser injusto porque não conheço.

"Quisemos ter acesso a muitas coisas"

Porque é que se antagonizaram tanto as posições do Conselho de Veteranos(CV) e da tua DG, por altura da Queima das Fitas?

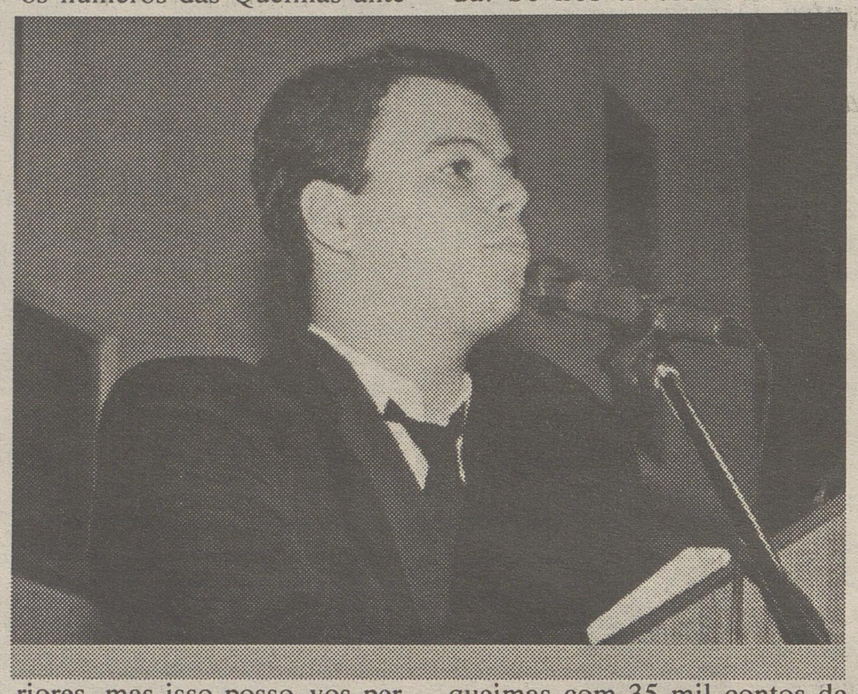
Há aqui uma questão que é essencial: a da representatividade. O Rui Guimarães e os seus pares foram eleitos pelos estudantes e o CV não tem essa representatividade, não tem uma identificação com o estudante que está no quarto ano e que elegeu aqueles comissários. A nossa guerra não é com o CV, nem é com ninguém, era a favor da clareza, da transparência que a Queima das Fitas tem de ter e que, se calhar, este ano não teve. A Comissão Fiscalizadora quis mexer em alguns poderes que estavam instalados .

Encontras alguma razão para que se criem suspeições?

Não encontro. Sei que o Vitor Costa disse numa entrevista que eu só não vi mais porque não quis mas eu pergunto–lhe onde é que está o relatório de contas da Queima de 1998. O deste ano já o vi, não está aprovado mas já o vi. Isso é uma questão que levanta suspeições. A Fiscalizadora não consegue ver tudo mas nós este ano tivemos problemas porque quisemos ter acesso a muitas coisas que não costumam ser pedidas.

E a questão dos 35 mil contos que esta queima teve de lucro?

Eu acho que é já um valor bem mais aceitável do que eram os números das Queimas anteriores, mas isso posso–vos perguntar a vocês também. Quando nós vemos as pessoas que vão, o que se bebe, todos os patrocínios, embora haja muitos gastos, era complicado as queimas darem três , quatro mil contos de lucro. O valor deste ano é muito diferente dos outros anos , há um grande salto qualitativo.



Desses 35 mil contos qual é que seria uma fatia justa para ser utilizada para a Associação Académica de Coimbra?

É uma pergunta complicada. Se nós tivessemos duas queimas com 35 mil contos de lucro, nós provalemente pagávamos todas as dívidas que a AAC tem.

Essa decisão veio de uma Assembleia Magna que foi realizada uma semana e meia depois do fim da Queima, havia a perspectiva de fazer uma Magna antes da Queima, porque é que não foi feita? Tiveste medo de lavar roupa suja?

Eu aí sou bastante claro. Não nos podemos esquecer que neste corredor(da AAC) tivemos uma manifestação com pessoas a dar murros e pontapés numa porta. O que eu não queria era uma Magna em que se chegase ali e se enxovalhasse a AAC, porque é isso que muitas vezes as pessoas não têm noção–não se pode estar a falar da Queima das Fitas sem estar ligado à AAC. A Queima das Fitas é a AAC. Não há ninguém que no país veja uma notícia num telejornal ou num jornal e que não associe aquilo aos estudantes de Coimbra e à Universidade de Coimbra. Eu tinha muito receio que a questão da discussão da Queima das Fitas, o nível de discussão da Queima não fosse o mesmo se tivessemos feito a Magna antes da Queima e, além disso, a pressão de que a Queima vinha a seguir aquela magna poderia ter extremado algumas posições.

"Quem impôs a escolha fui eu"

Qual era o teu grau de conhecimento e de confiança na tua lista quando tomaste posse?

O grau de confiança era bastante elevado. O grau de conhecimento dependia: algumas pessoas conhecia–as como a palma das minhas mãos, outras como a planta dos meus pés, como se costuma dizer. Ouve algumas pessoas que eu pensei que conhecia e que não conhecia tão bem como isso...

O Que é que correu mal no funcionamento da tua lista?

Nós conseguimos formar uma equipa que trabalhou bem para a DG, para a eleição. E que depois de tomarmos posse também trabalhou bem durante um, dois ou três meses, e que a partir de certa altura as divergências passaram a ser tão grandes que se chegou a um ponto em que era impossível manter. A decisão é minha claramente. Numa DG que está dividida quem impôs uma escolha fui eu. Vamos para um lado, vamos para o outro, vamos tentar o consenso, vamos unificar ou vamos partir. E eu a certa altura disse vamos partir, partir para este lado e portanto se partimos para este lado o resto tem de ficar de fora. É claro que eu não pus ninguém na rua.

O que é que te levou a tomar essa decisão?

O que me levou a tomar essa decisão foi o facto de o ambiente de trabalho na altura estar completamente insustentável. Não havia confiança entre as pessoas. Começava a haver uma situação muito complicada: haviam reuniões em que as pessoas se acusavam umas às outras, em que algumas propostas que constavam no nosso programa eram postas em causa por algumas pessoas.

Tratava–se de um problema de conciliar ideologias?

Era um problema de concepção de AAC.

E derivava das próprias pessoas ou teriam algo atrás delas?

Eu sou uma pessoa de esquerda, sou uma pessoa que me assumo como comunista. É evidente que uma grande parte da minha lista eram pessoas de esquerda e que partilhavam de muitos dos meus pontos de vista. É óbvio que certa parte da minha lista não partilhava desses pontos de vista. É possível criar uma estrutura unitária em que toda a gente tenha voz e em que toda agente aceite um princípio que é o do centralismo democrático. O que se torna complicado é quando uma parte do grupo de trabalho não acata essas decisões, que foram tomadas por maioria. Eu não contesto que eles tenham outras posições e outras visões o que contesto é que as pessoas continuem a trabalhar de um certa forma quando ficou decidida de outra.

Fazias ideia de que isto poderia vir a acontecer?

Nunca pensei que isso acontecesse. Sempre soube que tinhamos pessoas muito diferentes. De variadíssimos quadrantes políticos, que maioritariamente eram de dois mas não esperava esta situação.

Achas que a tua DG ficou prejudicada pela saída destas seis pessoas?

Não ficou prejudicada pela saída em si, mas ficou prejudicada pela novela que se criou à sua volta. A nível de capacidade de trabalho foram dois meses essenciais que nós perdemos. Eu detesto as desculpas de mau pagador, mas tivemos azar.

Na conferência de imprensa em que anunciaste a tua não recandidatura disseste que estavas desiludido com o sistema. Que sistema?

Eu pego numa coisa que ouvi outro dia numa entrevista e que eu acho que é muito engraçada. O Vitor Costa disse que eu sou o único presidente que ele nunca conseguiu perceber porque das duas uma ou tinha uma estratégia montada ou não tinha estratégia nenhuma e trabalhava segundo a maré. Isto quer dizer muita coisa. Eu era um estudante comum que tinha conhecimento da casa, fiz parte de uma DG, e fazia parte de um organismo. Mas eu era essencialmente um estudante comum que ia às aulas, que fiz o curso todo certo e que fez parte do Senado. Quando me decido candidatar à DG/AAC começo–me a aperceber como é que as coisas funcionam. Se queres ter determinado indivíduo na tua lista tens que lhe dar determinado cargo ...mas curiosamente eu consegui formar uma lista sem ter prometido cargos a ninguém.

O problema é que eu personifico o estudante comum que chega à presidência da sua Associação Académica, e que não vem impelido por nada por trás, a não ser pelos seus amigos que estavam já nos orgãos de gestão e por aí fora. E eu chego aqui e apercebo–me que todos andam a conspirar contra todos. É muito mais fácil para um estudante chegar a uma DG vindo da parte de alguém , porque já tem os seus inimigos todos reconhecidos, sabe que tem de prejudicar aquele, sabe que tem de prejudicar o outro, do que chegar um que quer fazer o bem a toda a gente, e como tal ouve toda a gente e faz reuniões com os dois lados e percebe que os dois lados se acusam mutuamente e não sabem onde é que está a verdade. Só ao fim de algum tempo é que tu conheces as pessoas, começas a formar a tua opinião sobre as coisas e depois as coisas começam a funcionar de outra forma porque já sabes como tudo se passa.

Claramente o que prejudica são as jogadas de bastidores, e toda a gente quer o presidente da DG para o seu lado, porque a DG decide muita coisa, tem muita capacidade de decisão dentro deste edifício.

Prémios Salgado Zenha

Secções Desportivas homenageadas

Pelo terceiro ano consecutivo, os melhores do desporto da Associação Académica de Coimbra foram premiados pelo seu desempenho nas diversas modalidades, não só enquanto atletas, mas também enquanto dirigentes, treinadores, apoiantes. Dez categorias, muitos candidatos numa noite em que se celebraram as glórias de hoje e se recordaram valores passados.

O grande vencedor da noite foi o desporto que está de boa saúde na AAC. A comprová-lo estão não só os milhares de praticantes inscritos nas Secções Desportivas mas também os resultados obtidos, de importância a nível nacional. E foram estes que, na noite de 6 de Dezembro, no Centro Cultural D.Dinis, foram reconhecidos com os Prémios Salgado Zenha.

Um dos momentos altos da noite foi a entrega do Prémio Conselho Desportivo a dois marcos da história da AAC. O primeiro, à equipa da Secção de Futebol vencedora da primeira Taça de Portugal realizada no nosso país na época de 1938/39. Um reconhecimento que estava a ser devido aos vencedores há já 60 anos. A representar a equipa, que no jogo da final bateu o Benfica por 4 - 3, estiveram os jogadores Portugal e Faustino. Este último, bastante emocionado, falou da "honra" em ter pertencido "à velha e gloriosa AAC" e de usar a "capa e a batina". Perante uma assistência de muitos jovens atletas desejoulhes que "quer no país quer no estrangeiro", continuassem "sempre a nossa senda gloriosa". O segundo, ao professor José Brun Júnior, que em Coimbra foi treinador de Atletismo, Voleibol e Rugby, sendo responsável pela dinamização ou mesmo o reaparecimento de alguma destas Secções.

Os Vencedores

Os primeiros a subir ao palco e a receberem os aplausos das mais de 200 pessoas presentes, foram os atletas Campeões Nacionais, vencedores da Taça de Portugal e aqueles que representaram a Selecção Nacional, nas diversas modalidades e escalões etários. As Secções de Desportos Naúticos, Halterofilismo e Radiomodelismo foram as que alcançaram os três títulos, enquanto que as Secções de Judo, Natação e Rugby ganharam os dois primeiros. Campeões Nacionais foram as Secções de Basebol e Voleibol enquanto que o Andebol e o Organismo Autónomo de Futebol têm atletas internacionais.

Após o desfile de todos estes homenageados chegou a vez de individualizar os prémios . O vencedor da primeira categoria a ser conhecida, a de Carreira, foi Alcino Morais Silva, atleta da Secção de Rugby desde a época de 89/90. No ano passado, em consequência de uma grave lesão, foi obrigado a deixar de jogar. Actualmente é treinador das camadas mais jovens.

O prémio Dedicação foi entregue a Francisco Fortunato Soares, médico que serve a AAC há mais de 50 anos. Nas suas próprias palavras este foi "dos momentos mais felizes" da sua vida. Relembrou o homem que dá o nome a estes prémios, como "um dos grandes cidadãos deste país" cujo desejo era o de que "a nossa Associação continuasse a ser primeira na grandeza de princípios que defendemos ao longo dos anos" e que sejam perpetuados pelas novas gerações.

O prémio Prestígio foi entregue a João Mário Grilo. O realizador de cinema foi atleta da Secção de Badminton entre os anos de 1977 e 79. Na categoria de Empresa, Paul Stricker & Filhos levou o prémio. Esta empresa patrocina actualmente as secções de Voleibol, Radiomodelismo e Rugby.

A Secção de Voleibol foi considerada a Secção do Ano. Um prémio alcançado, em parte, pelo resultado obtido pela sua equipa sénior. Na época passada sagraram-se Campeões Nacionais da 2ª Divisão, disputando este ano a 1ª divisão A2. Para trás ficou a secção de Basebol, campeã Nacional de seniores masculinos. No entanto, o seu dirigente, Rui Veríssimo, venceu a respectiva categoria (Dirigente do Ano).

Quanto ao prémio de Treinador do Ano, voltou a repetir-se um empate tal como aconteceu no primeiro ano dos prémios Salgado Zenha. Desta feita foram as Secções de Basebol (Sérgio Medeiros) e Voleibol (Rui Vaz Castro) que levaram os seus treinadores ao palco pelos resultados atrás mencionados.

Sofia Santos, da Secção de Judo, foi a Atleta Revelação do Ano. Uma distinção justificada pelos resultados alcançados além fronteiras, donde se destaca o 3º lugar no Torneio Internacional Sénior de Barcelona e o 7º lugar no de Roma. Uma vitória sobre Rui Lourenço, o outro nomeado para a categoria, da Secção de Radiomodelismo.

Na categoria mais esperada, a de Atleta do Ano, os candidatos para o primeiro lugar eram sete. Sara Silva foi a atleta que levou o troféu para casa. Pertence à Secção de Desportos Naúticos, a mesma que havia ganho a mesma categoria no ano passado.

Esta caloira de Medicina, depois de recebida a distinção, mostrou-se bastante satisfeita. "Foi o reconhecimento de todo o trabalho que tive durante a época". E acrescenta que o prémio a poderá "ajudar a tentar angariar fundos para uma nova embarcação de remo".

Os presentes

Organizados, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Conselho Desportivo da Associação Académica de Coimbra, os Prémios Francisco Salgado Zenha tiveram como ilustre assistência, entre outras individualidades, Irene Zenha, viúva de Salgado Zenha, Fernando Rebelo, o Reitor da Universidade de Coimbra, Manuel Alegre em representação do Presidente da Assembleia da República, o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Fausto Correia. Para além de todas as secções, também a Direcção Geral da AAC estava presente. E na figura de três presidentes: o actual, Hugo Capote, o próximo, Humberto Martins e António Silva, o antecessor de Capote.

Todos eles frisaram a importância da AAC enquanto clube dinamizador de desporto.

Hugo Capote, em discurso no D. Dinis, começou por dar os parabéns a "todos os campeões nacionais e internacionais que levam o nome da Academia por aí fora". Referiu a importância do facto da AAC ter uns prémios com o nome de Salgado Zenha - "o que significa muitas coisas", por exemplo, "os valores que encarna que são os da AAC". Aproveitando a audiência de peso, Hugo Capote afirmou que apesar de estarmos "numa fase de credibilização" continuam-se a "ter as mesmas dívidas. E a credibilidade não paga dívidas".

Humberto Martins, em conversa com a Cabra, destacou a importância do Conselho Desportivo, como sendo uma estrutura que "se tem empenhado cada vez mais em criar uma política verdadeiramente de raíz desportiva, orientadora do desporto que é praticado sob o símbolo da AAC".

O presidente da DG responsável pelo reaparecimento do Conselho Desportivo, António Silva, destaca a importância do trabalho desenvolvido pela organização, nomeadamente na apresentação de vários projectos. Entre eles o da recuperação do campo de S. Cruz e o projecto de criação de infraestruturas desportivas na Várzea da Boavista (Polo II). António Silva salientou ainda o papel dinamizador de Coimbra em termos de desporto. "É talvez um dos maiores produtores de talentos a diversos níveis e uma entidade promotora também da divulgação do desporto que merecia muito mais esforço financeiro do Estado e das entidades competentes para apoiar um projecto que muito interessa à AAC, a todas as camadas que se formam e aos jovens em geral", acrescentou.

Momento da atribuição do prémio "Conselho Desportivo"

Sónia Martins

4º Encontro de Gestão e Tecnologias de Informação

Desafios Empresariais

Casos de Sucesso:
Tecnologias desenvolvidas em Portugal

Para além das questões técnicas...

Informação na sociedade actual

5 de Abril de 2000
Auditório da Reitoria
Universidade de Coimbra

http://www.dei.uc.pt/encontro

Controvérsia aproxima-se da UC

Os eleitos da Universidade

Para a maioria dos estudantes minimamente atentos, a expressão "estudante elegível" não será, porventura, totalmente desconhecida. No entanto, poucos sabem as suas implicações, pressupostos, e possíveis consequências que se poderão fazer sentir no universo da Universidade de Coimbra.

A questão não é nova. No entanto, e depois de um período de contestação aberta mais centrada na específica questão das propinas, surge agora uma consciência mais generalizada que, na Lei Quandro 113/97, existe algo merecedor de idêntica preocupação e, porventura, merecedor de igual grau de discussão. Efectivamente, a tão imensamente conhecida Lei Quadro de Financiamento do Ensino Superior, na alínea d) do nº1 do seu artigo 4º, faz referência a um conceito até então desconhecido, mas que se tem vindo a tornar, nestes últimos tempos, num dos pontos mais sensíveis das linhas base do projecto do Governo para o Ensino Superior.

A Lei...

Mas o que se entende, então, por "estudante elegível"? A pergunta é obviamente legítima já que poucos, embora não sendo totalmente alheios à expressão, saberão quais as suas verdadeiras implicações, pressupostos, regime de aplicabilidade e, não menos importante, poucos chegaram ainda a encetar uma reflexão sobre as consequências que poderá vir a trazer. Desde logo, importa referir que o "estudante elegível" trata–se, para já, apenas de um conceito formado e previsto na referida Lei de 15 de Setembro de 97, estando eventualmente prevista a sua regulamentação e entrada em funcionamento para meados do próximo ano (eventualmente, e no campo das hipóteses, a entrar em vigor a partir do ano lectivo de 2000-01), sendo, no entanto, um facto que até à data ainda nenhuma proposta de regulamento foi avançada. Pelo que, numa primeira abordagem, é necessário recorrer ao exposto no já referido artigo 4º da Lei Quadro para conseguir obter a que é, para já, única referência factual a que poderemos recorrer em termos de análise. Assim, e citando, será "estudante elegível todo aquele estudante que, cumulativamente, está em condições de concluir o respectivo curso, desde que elegível, no caso de bacharelatos e licenciaturas com duração de quatro anos, até final do segundo ano seguinte ao do termo da sua duração normal; no caso de licenciaturas com a duração superior a quatro anos, até ao final do terceiro seguinte ao do termo da sua duração normal, seja ou não praticado na respectiva instituição um regime de prescrições". Passando a uma explicação que se pretende mais simplificada quererá isto dizer que o estudante que ultrapassar estes limites temporais de conclusão do seu curso (em dois ou três anos), será considerado "não elegível", significando isto que verá automaticamente o Estado desresponsabilizar–se do financiamento do seu curso, congelando as verbas que a Universidade teria direito pela sua frequência. Em conclusão o referido "estudante não elegível" torna–se, por esta via, obrigado a, se quiser acabar o seu curso, suportar integralmente os seus custos. Esta questão da responsabilização do estudante pelo financiamento do seu curso é ainda alvo de muitas dúvidas: resta saber se será possível conciliar o princípio da propina única (indexado ao salário minimo nacional) com o pagamento do custo integral do curso. E obviamente que, ao falarmos do custeamento de um curso, não estamos a falar de um montante tão pouco equiparável ao das propinas. Trata–se, sim, de montantes que, dependendo de faculdade, se situariam entre os 200 e eventualmente poderia chegar aos 600 contos anuais, sendo que são ainda híbridos os diversos factores que contribuirão para a definição concreta desse montante. Por exemplo, na Faculdade de Direito, e embora tratando–se de números não oficiais, o custo orçamental de um estudante ronda os 289 contos anuais. No entanto, é fácilmente compreensível que os valores em questão, não serão susceptíveis de estar dentro das possibilidades da larga maioria (isto para não dizer da totalidade) dos estudantes. Quererá isto dizer que, na larga maioria dos casos, o facto de um estudante cair na "não eligibilidade" será sinónimo de ser obrigado a deixar de frequentar o Ensino Superior. Refira–se ainda que a contagem do número de anos seguintes ao termo da duração normal dos cursos previstos na alínea d) do nº1 do artigo 4º inicia–se a partir do ano lectivo de 1997-1998. Por agora perspectiva–se, e fazendo fé do que é referido no artigo 33º da Lei, que esta questão seja susceptível de aplicação de um regime diferente no que ao trabalhador–estudante diz respeito.

Estudante elegível: quais as repercussões na Universidade de Coimbra?

Academia elegível?

Será legítimo pois, e perante o exposto, colocar questões de vários níveis. Estar–se-à com o regime do "estudante elegível" a responsabilizar definitiva e preferencialmente o estudante no seu sucesso ou insucesso escolar, abstraindo–se de factores exógenos ao próprio estudante como questões pedagógicas como a qualidade e competência de professores, condições de estudo e outras bem conhecidas? Estar–se-à a partir de um pressuposto de que é somente o estudante o responsável pelo seu insucesso, tendo que sofrer uma pena no caso de reincidência no chumbo? E será, ainda, por demais legítimo alargar esta discussão às prováveis repercussões que se farão sentir na Academia, para mais num panorama actual em que cada vez mais a AAC e as diversas actividades ligadas a ela são preteridas em favor do curso que tem de ser acabado o mais depressa possível: poderá o regime do estudante elegível vir a agravar ou não este estado de coisas?

Uma nova luta

Perante este cenário, começa–se a assistir a um compreensível maior grau de atenção a uma questão que se começa a colocar como incontornável. Desde há uns meses a esta parte, tanto o movimento associativo, como as várias administrações das Universidades, têm vindo a colocar esta questão como uma das mais debatíveis e questionáveis do momento a ponto de se terem vindo a realizar vários "estudos de impacto" do regime do estudante elegível, como é disso exemplo os vários estudos feitos, por exemplo, pelas Universidades de Lisboa e do Minho ou ainda da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (Ver texto ao lado). Na Universidade Clássica de Lisboa é previsto um número de estudantes "não elegíveis" que chegaria aos 15% e que se segundo o seu pró–reitor seria um número suficientemente elevado para fechar a Universidade. Sendo que os números a nível da Universidade de Coimbra não andarão muito longe destes (podendo ser eventualmente mais elevados), resta saber quais as consequências que terão a nível do normal funcionamento da nossa Universidade.

Embora, de uma forma pragmática, se possa apontar o facto da ainda não existência de um regulamento palpável e analisável, esta não deixa de ser uma questão importante e de discussão obrigatória, somado ao facto de estarmos perante a sua eminente regulamentação e aplicação, constituindo–se deste modo como um assunto de importância considerável e susceptível de debate. Por agora resta esperar por uma prometida, se bem que ainda pouco defenida, regulamentação, discutindo e reflectindo sobre realidade que promete materializar-

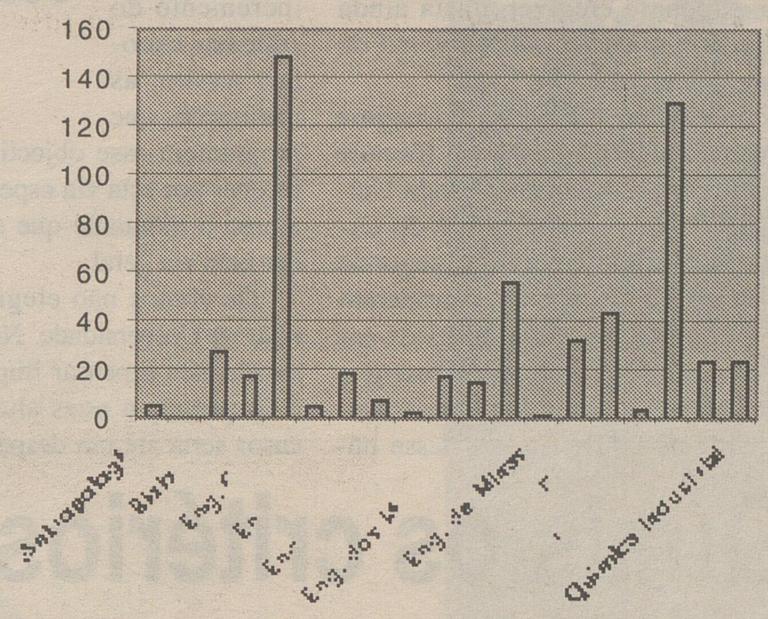
Relatório da FCTUC sobre insucesso escolar

Os números da FCTUC

A possibilidade da entrada em vigor do propalado regime do "estudante elegível" tem provocado um conjunto de reacções que se estendem desde as várias organizações estudantis às administrações das várias universidades. Disso são exemplos os estudos realizados pelas Universidades do Minho e de Lisboa com resultados no mínimo preocupantes. Por cá apenas um estudo foi até agora realizado ou, pelo menos, só um é do conhecimento público. Trata–se de um estudo realizado pelo Conselho Directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra(FCTUC). Este relatório foi realizado com o primeiro objectivo de dar resposta à solicitação do Ministro da Educação que compreendia uma radiografia das diversas instituições do Ensino Superior com vista a um posterior estabelecimento de um "contrato de qualidade". Contrato esse que provavelmente servirá como contrapartida à aplicação do conceito de "estudante elegível", uma vez que as Faculdades, por intermédio dele, já deverão, em princípio, ter resolvido os seus problemas de insucesso escolar. O estudo acaba por ser um relatório em matéria de sucesso e, principalmente, de insucesso escolar, apontando medidas para o combater e acabando ainda por se constituir numa amostra importante no que respeita às possiveis repercussões que o regime do "estudante elegível" terá a nível da Universidade de Coimbra. De facto, num relatório que aborda questões como as condições que seriam consideradas óptimas para um melhor funcionamento e aproveitamento dos vários cursos da FCTUC, o montante necessário para as obter, médias de entrada nos vários cursos nos últimos anos e a sua relação com os numerus clausus, são ainda apresentados vários documentos que motivam uma reflexão sobre as várias e possíveis consequências do "estudante elegível". Efectivamente, no Documento P11 do referido relatório, e considerando um universo de 7.722 incritos nos vários cursos da FCTUC, 19% destes alunos (1.466), seriam considerados "não elegíveis" se o referido regulamento (ainda por criar mas já conceitualizado na Lei) estivesse hoje em vigor. Mais preocupante se torna a questão se considerarmos que a estes números da FCTUC, juntar–se–ão outros números de outras faculdades que, se ainda não têm estudos realizados (ainda conhecidos, pelo menos), têm, pelo menos, já uma noção da precentagem de alunos "não regulares" que as frequentam e as consequências que desse facto advirão. Posto isto, restará à Universidade esperar pelo regulamento e, chegada essa altura, será altura para olhar para o seu interior e tomar as medidas para as consequências que a seu tempo serão visíveis e não deixarão, concerteza, de ser marcantes.

SA

Nº de alunos não elegíveis po Licenciatura



Curso	Inscritos	Não elegíveis	Percentagem
Antropologia	175	9	5.1%
Arquitectura	379	51	13.5%
Biologia	501	57	11.4%
Bioquímica	232	37	15.9%
Eng. Civil	1216	337	27.7%
Eng. Electrotécnica	910	166	18.2%
Eng. Física	175	39	22.3%
Eng. Geográfica	142	27	19.0%
Eng. Geológica	186	16	8.6%
Eng. Informática	451	37	8.2%
Eng. dos Materiais	167	20	12.0%
Eng. Mecânica	696	135	19.4%
Eng. de Minas	83	8	9.6%
Eng. Química	361	71	19.7%
Física	243	70	28.8%
Geologia	334	39	11.7%
Matemática	921	241	26.2%
Química	296	55	18.6%
Química Industrial	254	51	20.1%
Total	7722	1466	19.0%

"Alguns garantirão o financiamento de todos"

Há um novo facto político na Academia: a aplicação do regime do "estudante elegível" dificultará a participação dos estudantes na vida académica, especialmente na actividade das secções e organismos autónomos. Como actualmente boa parte dos envolvidos nessas actividades atrasa a progressão curricular, no próximo ano muitos desses estudantes serão não elegíveis. E de futuro haverá, previsivelmente, menos estudantes dispostos a correr o risco de "perder anos" por causa da cultura ou do desporto.

Poderá então concluir–se que o regime do estudante elegível afasta ainda mais os alunos da UC do universo da cultura e do desporto?

A consequência imediata do regime do estudante elegível ocorre na fórmula de cálculo do financiamento. Cada Universidade Pública recebe verbas do Orçamento de Estado calculadas segundo fórmulas que, entre o mais, consideram o número total de alunos inscritos em cada curso. O número total de inscritos é, pois, um dos factores de financiamento. A partir de 2001, em vez desse número total, o financiamento será calculado com base no número de estudantes elegíveis.

As Universidades só não passam a receber menos dinheiro se os demais factores das fórmulas, designadamente o custo/aluno reconhecido, sofrerem variações que compensem a diminuição do número de alunos; vão, de todo o modo, celebrar contratos–programa plurianuais de incremento do sucesso escolar. Assim, as instituições que programem esse objectivo podem vir a receber por esta via especial de financiamento o montante que deixam de receber pela via geral.

O dinheiro recebido à conta dos estudantes elegíveis terá que dar para todos

Os alunos não elegíveis vão continuar na Universidade. Nenhuma Universidade está a pensar impedir a inscrição e frequência a estes alunos. Em muitos casos seria até um desperdício tendo em conta o investimento já realizado na formação de cada um. Mas note–se: quase todas as Universidades têm regimes de prescrições que variam consoante os cursos e as concretas causas de insucesso. Na UC não há prescrições. Por outro lado, os alunos não elegíveis pagarão tanto como os outros. A lei é clara: nenhum aluno pagará mais do que o salário mínimo nacional... O dinheiro recebido à conta dos estudantes elegíveis terá que dar para todos. Alguns garantirão o financiamento de todos, inclusivé daqueles que atrasam a progressão curricular em virtude da vida académica.

Quem gosta da Académica ressente–se porque é pequeno o número de estudantes que nela se empenha diariamente. E o número diz–se pequeno porque serão apenas 2 ou 3 mil em mais de 20 mil inscritos na UC. Esquece–se que nunca antes, na sua já centenária existência, a AAC contou com 2 ou 3 mil colaboradores permanentes. As secções e os organismos autónomos sobrevivem, revitalizam–se e reforçam–se de cada vez que os profetas de serviço insinuam irregularidades nunca provadas, criticam a independência ou adjectivam posições que verdadeiramente não compreendem.

Mas há um problema de visibilidade: a AAC é todos os dias, mas só aparece nas eleições da DG e nas datas festivas. E há um problema de imagem: aos olhos de muitos a AAC degrada–se cada vez mais em mera estratégia para obter épocas especiais de exame.

As secções, os organismos e, sobretudo, o conselho desportivo e o conselho cultural têm de desenvolver estratégias que resolvam esses dois problemas. Caso contrário, o acolhimento de ideias como as que o conselho desportivo apresentou ao Senado será bastante improvável.

Paulo Henriques

"Quais os critérios para definir estes prazos?"

Estudante elegível?! Numa primeira análise poder–se–ia pensar que esta designação se cinge a estudantes que se estejam a propôr a umas quaisquer eleições! Infelizmente não o é! Bom seria que os números atribuídos a estudantes elegíveis correspondessem aproximadamente ao número de estudantes que se envolveriam em eleições (certamente a nossa Académica estaria bem mais participada!)... mas a realidade é outra!

Também analisando o conceito subjacente ao próprio termo "elegível" , originário do Latim, rapidamente se chegaria à conclusão que o seu significado se aplica a algo que se pode eleger, ou se preferirem, como sinónimo de "preferido" ou "designado". Até este ponto não parece afrontar o facto de um estudante do Ensino Superior ser de alguma forma o "eleito" ou "designado" para alcançar um conjunto de conhecimentos e formação de nível superior. Mas, também infelizmente, não é deste ponto de vista que estamos a falar quando incluído na Lei Quadro do Financiamento de Ensino Superior (Lei 113/97 de 16 de Setembro).

O facto é que este conceito encerra em si âmbitos de ordem financeira (da relação estado/universidade e fórmula de financiamento) e de sucesso (mais insucesso) escolar (na relação aluno/universidade e promoção do sucessso escolar).

Se um aluno, da Universidade de Coimbra por exemplo, não terminar a sua licenciatura no prazo que a lei lhe concede, então não passará a ser tido em conta para efeitos do financiamento da Universidade que varia com o número de alunos que a frequentam. De um modo concreto o aluno que excede este prazo passa não só a "valer" zero para a Universidade, como ainda representa mais um custo para a mesma (não se pondo de lado as hipóteses de o estudante passar a suportar a totalidade dos custos da sua frequência ou a sua simples exclusão do Ensino Superior). Como consequência os desde já escaços fundos que a Universidade dispõe terão ainda de suportar os alunos aos quais o Estado deixa de financiar (isto no melhor dos casos pois não estou a considerar as outras duas hipótese atrás referidas!).

Poderemos afirmar que um aluno não termina o seu percurso académico em 6 ou 8 anos por sua inteira responsabilidade?

Contudo, o mais peculiar em relação a este conceito é a própria forma como são defenidos os prazos dentro dos quais o estudante se considera "preferido". Pura matemática: licenciaturas de 4 anos mais 2 anos (4+2=6 anos de elegibilidade); licenciaturas de 5 ou mais anos mais 3 anos (5+3=8 anos de elegibilidade).

Mas...

Quais os critérios para definir estes prazos?!

Os 2 ou 3 anos têm alguma relação com a realidade?!

Poderemos afirmar que um aluno não termina o seu percurso académico em 6 ou 8 anos por sua inteira responsabilidade?!

Estaremos assim tão bem dotados ao nível de infra–estruturas para que o estudante seja responsabilizado por não "querer" acabar o curso nestes prazos?!

Serão motivados os cuidados pedagógicos ao nível da docência para que o aluno "opte" por não estudar uma matéria que não foi leccionada mas que será avaliada?!

Foram feitas análises relativas às causas do insucesso escolar e tomadas medidas que o minorassem?!

Terão afinal estas e outras perguntas do nosso dia–a–dia na Universidade sido satisfatoriamente respondidas para se poder aplicar um conceito com estas características?!

Os factos conduzem–nos às respostas a estas perguntas. A aplicação da elegibilidade do estudante está em vigor e nada foi feito em relação ao insucesso.

Com a aplicação deste conceito apenas um objectivo será alcançado: haverá (artificialmente) menos insucesso! No máximo o insucesso é de 2 ou 3 anos pois apartir daí não se sabe se é possível continuar–se a estudar no Ensino Superior. Não importa se o aluno chumba porque a sala de aula chegava para metade da assistência, ou se a turma tem só o triplo do número desejável de alunos, ou se o Professor não tem tempo suficiente para preparar a aula! O importante é que se arranje apenas um culpado pelo insucesso e de preferência que desta forma se alivie ainda mais o peso do Orçamento da Educação.

Apesar de também não ser defensável a "eternização" do estudante no Ensino Superior, não se afigura que esta seja a solução, nem para o insuceso, nem para o financiamento da Universidade. Com esta medida os estudantes do Ensino Superior serão os responsáveis por todos os problemas que afectam o Ensino Superior em Portugal sendo que ainda terão a sorte de poder acabar o seu curso em 2 ou 3 anos de benesse.

Tem–se a consciência que as responsabilidades devem ser assumidas por quem as detém, alunos incluídos, mas será a culpa toda dos estudates?

Estas e outras perguntas serão o tema de uma reunião no próximo 12 de Janeiro no Ministério da Educação. Esperam–se respostas... esclarecedoras!?!

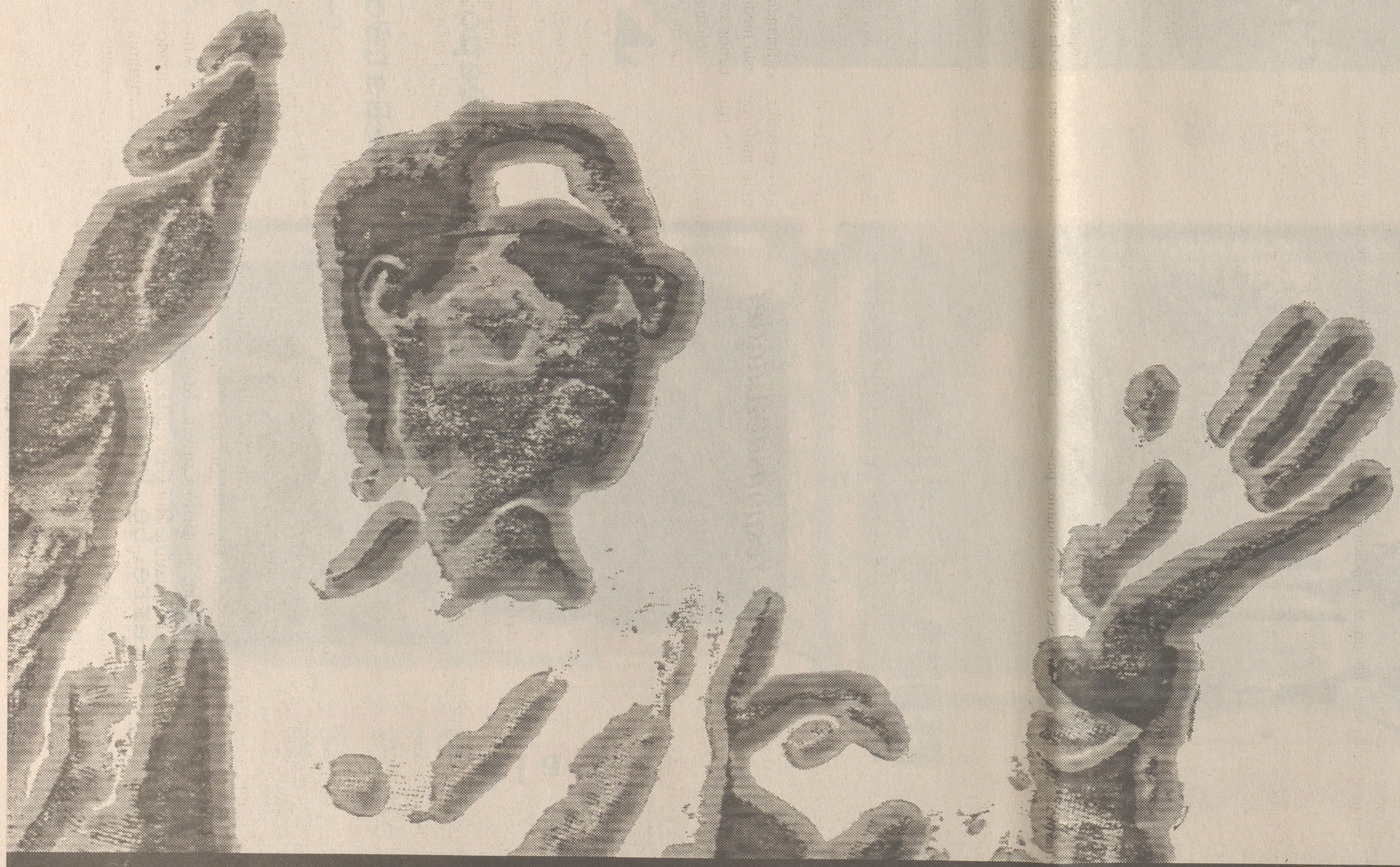
Humberto Martins

Ficha Técnica

Director: Bruno Ferreira **Director Adjunto:** Fernando Nunes **Director Gráfico:** Rui Justiniano **Paginação:** Bruno Vale, Nuno Curado, Ricardo Matos, Rui Justiniano **Chefe de Redacção:** Sérgio Alves **Redacção:** Ana Laura, Ana Pais, Andreia Gouveia, Bruno Vale, Cecília Santos, Daniel Marinho Pires, David Pereira Bastos, Graça Costa, Guilherme Oliveira, Helder Silva Dantas, Hugo Ferreira, João Melo Alvim, João Vaz, José Carlos Santos,Leonor Tato, Pedro Correia, Ricardo S. Salgado, Rui Silva, Sérgio Alves, Sónia Martins, Susana Almeida, Susana Martins, **Delegação de Lyon:** Eduardo Brito **Colaboradores:** Ana Drago, André de Brito Correia, Rosário Salvado, Tiago Maranhão, Ana Sousa, Cátia Cabrita, Filipe Vicente, Nuno Dias, Paulo Teixeira, Rui Correia,Tiago Marques **Fotografia:** Nuno Curado **Publicidade:** Bruno Vale contacto - 966337197 / 239821554 **Impressão:** Coraze, S.A.; **Tiragem:** 3000 exemplares **Produção:** Secção de Jornalismo da A.A.C.; **Propriedade:** Associação Académica de Coimbra; **Sede:** Rua Padre António Vieira **Telefone/Fax:** 239821554 **Agradecimentos:** Reitoria da Universidade de Coimbra, Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra.

CICLO DE

Jean-Luc Godard



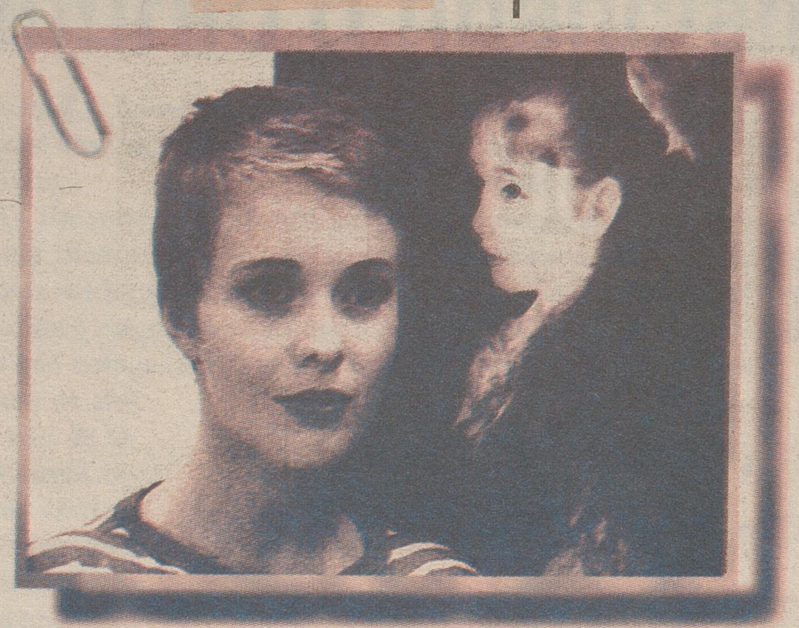
CINEMA

4, 6, 12, 17, 20, 25
e 31 de Janeiro
TAGV

CICLO DE CINEMA

Dia 4

O ACOSSADO



"À Bout de Soufle" 1959 89'

Dia 6

O DESPREZO

"Le Mèpris", 1963 103'

Dia 12

PEDRO, O LOUCO

"Pierre Le Fou"; 1959 112'

PARA SEM

"For ever Moza

"Depois vamos para um
vertimo
-Estão a ver, ela só
-Com quem é que
-Com os espe

CICLO DE CINEMA

Dia 17

NOVA VAGA

"Nouvelle Vague"; 1990 90'

Dia 20

VALHA-ME DEUS

"Héllas pour moi"; 1993 84'

Dia 25

JLG PAR JLG

"Autoportrait de Décembre"; 1984 62'

Dia 31

MPRE MOZART

zart; 1996 84'

m hotel chique e di-
o-nos.
pensa em divertir-se
estás a falar ?
pectadores."

Jean Luc Godard, Pierre le Fou

CICLO DE CINEMA

O ACOSSADO

Dia 4

"À Bout de Soufle" 1959 89'

O DESPREZO

Dia 6

"Le Mèpris", 1963 103'

PEDRO, O LOUCO

Dia 12

"Pierre Le Fou"; 1959 112'

PARA SEMPRE MOZART

"For ever Mozart; 1996 84'

"Depois vamos para um hotel chique e divertimo-nos.
-Estão a ver, ela só pensa em divertir-se
-Com quem é que estás a falar ?
-Com os espectadores."

Jean Luc Godard, Pierre le Fou

NOVA VAGA

Dia 17

NOUVELLE VAGUE

"Nouvelle Vague"; 1990 90'

VALHA-ME DEUS

Dia 20

"Héllas pour moi"; 1993 84'

JLG PAR JLG

Dia 25

"Autoportrait de Décembre"; 1984 62'

CICLO DE CINEMA

Secção de Jornalismo da AAC

Secção de Jornalismo da AAC

banda desenhada B.D.

Apoio: Dg/AAC

Livraria Dr.Kartoon
Dr. Kartoon

Álbum Banda Desenhada

À venda na Loja Académica e na Dr.Kartoon

Edição do álbum do primeiro concurso de BD de Coimbra

Coimbra com BD

Reuniu–se num álbum, 13 histórias de Banda desenhada feitas por autores conimbricenses. Organizado pela Secção de Jornalismo e pela livraria Dr. Kartoon, o concurso surpreendeu pela revelação de novos talentos na "nona arte".

O 1° concurso de Banda desenhada de Coimbra foi lançado em Março de 1999. Devido a uma fraca participação inicial, estendeu–se o prazo de dez de Abril para dez de Maio. De acordo com alguns participantes, era muito dificil elaborar as obras, tanto por causa de falta de tempo como por causa da Queima das Fitas e dos exames. Efectivamente, no final houve uma afluência mais maciça excedendo mesmo as expectativas mais optimistas.

A 26 de Maio revelaram–se os nomes dos premiados no concurso. De um total de 35 trabalhos, cuja boa qualidade geral foi comentada por especialistas na matéria, o júri escolheu os seguintes nomes: 1° prémio- Marco Moura e Sérgio Oliveira ; 2°- Augusto Pinho e Pedro Araújo ; 3°- Rui Branco Messias. e, finalmente, uma menção honrosa para Carlos Miguel Furtado.

O lançamento do álbum, no dia 14 de Dezembro no Foyer do TAGV, contou com a presença de Hugo Capote, presidente cessante da AAC, alguns dos autores premiados, Fanny Denayer (Livraria Dr. Kartoon), e membros da Secção de Jornalismo.

"Trabalho colectivo"

Segundo Fernando Nunes, editor cultural deste jornal, o maior mérito desta iniciativa reside no facto do álbum ser um "trabalho feito em colectivo". Foi sobretudo um álbum onde se reflectiu diferentes expressões, estilos e pontos de vista sobre o mundo em geral e a BD em particular. Daí a variedade de paisagens retratadas nos trabalhos: desde a Nova Iorque da história de Ricardo Ferrand até a paisagem de uma ilha deserta de Rui Messias em "Memórias de um Embarcado". Do mesmo modo, destaca–se a reunião das melhores obras que foram a concurso num álbum que é "uma amostra da BD que se faz em Coimbra".

Enquanto júri, Hugo Capote expressou algumas dúvidas quanto à possibilidade de os trabalhos concorrentes terem qualidade suficiente para integrar um álbum de BD. Daí que quando avaliou as obras, ficou deveras surpreendido por aquilo que viu. Muito devido ao seu gosto pessoal pela "9ª arte" desde a mais tenra idade, foi um dos principais impulsionadores da edição do albúm de BD. A sua aposta nesta iniciativa foi sobretudo devido ao facto de a DG/AAC querer apoiar "actividades que habitualmente não tiveram no passado uma grande divulgação". Ao mesmo tempo, lançou um desafio aos responsáveis das próximas edições do concurso, para que continuem a divulgar a BD em Coimbra. Referiu ainda os critérios que o júri utilizou para a escolha dos melhores trabalhos, nomeadamente, a originalidade e o rigor do traço, a boa qualidade do nível gráfico e, finalmente, a presença de um bom argumento. A escolha foi quase unaníme quanto aos trabalhos vencedores.

Hugo Capote mencionou um aspecto curioso que foi a participação de um rapaz de sete anos. Muito embora tivesse ganho uma menção honrosa, é certo que era difícil competir com os outros trabalhos. Este caso foi o mote para que se adoptem novos critérios de avaliação em futuros concursos, possivelmente, através da divisão em diferentes escalões etários ou por tipo de cor (a cores ou a preto e branco).

Fanny Denayer, da livraria Dr. Kartoon, proporcionou um valioso apoio na edição, divulgação e distribuição do álbum, ao mesmo tempo que forneceu os prémios para o concurso (1° prémio de 25.000$, 2° prémio de 15.000$, e 3° de 10.000$, isto na forma de livros). Após o anúncio dos vencedores a livraria Dr. Kartoon foi palco de exposição de todos os trabalhos concorrentes. Com este albúm, Fanny Denayer pretende "mostrar traços novos", daí que também seja importante "a sua divulgação em Lisboa e no Porto".

"Realçar a criatividade"

Em entrevista a alguns dos vencedores do concurso, confirmou–se as esperanças de um trabalho de boa qualidade. Por causa disto, Augusto Pinho acredita que o álbum até "dispensa aquelas compras por parte de familiares ou amigos" Com a publicação do álbum, Pedro Araújo disse que o trabalho "deixa de ser do âmbito estritamente pessoal" passando para um plano em que o trabalho é reconhecido publicamente. Questionado sobre a relação entre o texto e o desenho, Pedro Araújo responde dizendo que "o texto e o desenho complementam–se": Um não existe sem o outro, pois os dois encerram "interpretações de alguma coisa". O vencedor do 3° Prémio, Rui Messias, não tinha grandes expectativas quanto à atribuição de um galardão, dado a pressa com que fez o trabalho. Por isso, ao saber que foi premiado, pensou que "o pessoal [O júri] ou era um bocado maluco ou o trabalho que fez era melhor do que pensava".

Todos concordaram que, mais do que os prémios propriamente ditos, a publicação dos seus trabalhos era o seu principal interesse. Partilharam a opinião de que existe uma dificuldade enorme em tentar sobreviver apenas à custa da BD em Portugal. Pedro Araújo é da opinião que um desenhador tem de ter uma outra fonte de rendimento - "uma segurança" que ao fim ao cabo "é por vezes castrante". Rui Messias fala mesmo numa necessidade de "grande amor " àquilo que se faz, porque em Portugal, não existe uma filosofia de divulgação nem publicidade dos trabalhos que saiem à rua. Pedro Araújo entende que "as editoras apostam apenas nos nomes consagrados do estrangeiro", daí os poucos incentivos para fazer Banda desenhada em Portugal

O surgimento das novas tecnologias não preocupa os desenhadores. Muito pelo contrário, Augusto Pinho acha que "quanto mais novas ferramentas surgirem, melhor" porque, essencialmente, vem facilitar a tarefa do desenhador nos trabalhos mais morosos. "O que importa realçar é a criatividade do autor, seja qual forem os instrumentos de trabalho", segundo o próprio.

O álbum será posto à venda na Loja Académica da AAC, e na Livraria Dr. Kartoon. Marco Moura e Miguel Furtado desenharam a capa, enquanto que a contracapa e o grafismo são de Augusto Pinho. A Ediliber foi incumbida da tipografia. Embora com poucos apoios institucionais e empresariais, o álbum terá uma edição de 500 exemplares, havendo a possibilidade de uma nova edição, tendo os participantes direito a um exemplar.

Helder Dantas
Manuel Eduardo

Odete Santos em entrevista

A educação sexual na política

Por altura da sua participação no debate "Educaçaõ Sexual nas Escolas" organizado pelo Núcleo de Estudantes de Psicologia e Ciências da Educação A Cabra entrevistou a deputada Odete Santos. A conversa percorreu temas como a educação sexual e a política...

No debate sobre educação sexual nas escolas, foram discutidos vários aspectos da educação sexual e dos seus contornos ideológicos, políticos e científicos. acha que podemos considerar aquela uma discussão produtiva? Que conclusões práticas infere a partir da mesma?

É sempre muito difícil tirar conclusões de um debate com estes contornos, uma vez que nunca há posições uniformes. Houve várias formas de entender a educação sexual e a sexualidade humana manifestadas em várias vertentes. Pode dizer–se que houve quem, de forma muito progressista até se manifestasse avesso à educação sexual pelos risco que esta pode implicar enquanto forma de manipular e dirigir os jovens, de os controlar num certo sentido que ao estado interessaria. A outra posição, contrária à educação sexual (se bem que não ficou bem esclarecido que fosse contrária) expressou uma manifesta preferência para reservar a educação sexual para a família.

Houve no entanto uma terceira mais pragmática, digamos que mais normativa, no sentido de que existem problemas, e alguns bastante graves que não podem ser ignorados e que precisam ser resolvidos. Creio que o debate foi também muito importante para pôr em evidência os riscos que podem advir da educação sexual, mas cabe agora aos especialistas nestas matérias definir os conteúdos pragmáticos adequados . No entanto não significa que a educação sexual nas escolas , uma vez que é essencial, não deva incluir os pais e a família neste processo.

Não devemos no entanto descurar os reais perigos de uma restrição de opções pessoais definidas pelos conteúdos a leccionar e pela sociedade em si. Vejamos simplesmente o exemplo dos EUA em que esta situação acabou por ser controlada pelos que defendem a abstinência e os maus resultados são visíveis, uma vez que nos EUA a taxa de gravidez de adolescentes situa–se entre os 50 a 60 %. O professor Valentim Alferes definiu este aspecto e é importante que se diga que estas questões não podem ser separadas da situação económica de um dado país, pois é precisamente nas classes mais pobres que esta deterioração pessoal e humana é mais notória.

A disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS) é a única prevista na lei, para além de Biologia, que pode incidir nas questões da educação sexual. No entanto esta, apesar de opcional não é escolhida em muitas escolas portuguesas, uma vez que não é disponibilizada aos alunos, pelo que a lei não está a ser aplicada. Que é que está a ser feito no sentido de colmatar esta falha?

De facto na maioria das escolas não há essa opção. Eu sei que muitos pais matriculam os filhos na disciplina de DPS e a maior parte das vezes ela não se encontra disponível. Era nessa mesma disciplina que estava previsto que se abordasse a questão da educação sexual.

No entanto, a lei que foi aprovada e que saiu em Agosto, creio eu, optou por um sistema que pauta pela transversalidade.

A lei diz que o ensino da matéria relativa à educação sexual se deve repartir entre as várias disciplinas. Agora falta fazer os currículos e ver quais são as disciplinas, para além da Biologia, que permitem o tratamento da matéria.

Acho que há neste sentido um trabalho apaixonante para fazer que é a formação dos professores. Creio também que os jovens têm um papel muito importante nesse sentido, e é por isso que o tratamento público destas questões, como o debate de ontem à noite, são importantes.

Será que é prudente querer para Portugal, cujos cidadãos têm uma mentalidade muito diferente da existente nos países nórdicos, o mesmo sistema/política de ensino em relação à educação sexual?

É mais complicado que nos países nórdicos até porque isto tem a ver com acepções religiosas; nestes países as questões são diferentes e não existe aquele peso das convicções religiosas. Por isso aqui vai ser tudo mais complicado, mas eles também já começaram há mais tempo!...

No entanto, por exemplo na Dinamarca, em relação à despenalização do aborto, houve uma tentativa de retrocesso legislativo, envolvendo rupturas com os sistemas estabelecidos que aqui são mais difíceis de conseguir, tal como na Itália ou no Luxemburgo. Estes dois últimos, a par de Portugal e Irlanda, são os únicos na Europa nos quais a pílula abortiva não está disponível. Ora isto demonstra que existe um peso muito grande que é a religião católica que sem dúvida dificulta muito o tratamento destas questões.

Portugal tem também um legado histórico muito relevante que nos levou ao afastamento do resto da Europa ...

O Fascismo ajudou a consolidar as ideias que eram veiculadas pelos mecanismos políticos e religiosos do passado, como por exemplo a questão da mulher ter que ficar em casa e de ser considerada um ser inferior ao homem. Ora este género de situações alimentam certas políticas como a proibição do planeamento familiar antes do 25 de Abril.

Já ouviu certamente aquela máxima "vícios privados, públicas virtudes". Bem, creio que ela pode muito bem ilustrar um sistema hipócrita em relação ao tratamento destas questões.

Apesar de esta não ser a sua área preferencial, uma das maiores preocupações dos estudantes do ensino superior, prende–se com a actual política educativa. As propinas já eram uma "dor de cabeça", mas agora, as instituições de ensino e os estudantes vêm–se a braços com um problema gravíssimo que é a questão do estudante elegível... Qual a sua posição em relação a este assunto?

Isso era óptimo se nós vivêssemos na melhor das sociedades, mas acho que não temos sociedade para isso. A meu ver, essa medida só vai agravar as desigualdades e tornar a universidade cada vez mais elitista. Penso que isso é muito grave porque o facto se não conseguir tirar o curso num determinado número de anos não significa nada; é uma medida típica do neo- liberalismo que se baseia nas liberdades individuais, mas que paradoxalmente acabam por ser reduzidas através de outros mecanismos. Há uma liberdade de acesso a todos os graus de ensino mas depois deixa de haver, ou pelo menos passa a ser reservado a um grupo cada vez mais restrito. É claro que nessas condições, as universidades não querem esses alunos pois eles acabam por ser um contrapeso. Acho que é uma medida desastrosa e não sei se não terá grandes repercussões na sociedade científica, no desenvolvimento intelectual da sociedade como um todo.

Tem sido recentemente mediatizada uma nova posição do PCP, expressa pelo secretário geral do partido, relativamente a questões ideológicas. No entanto, essa posição consta já das resoluções do XIII congresso extraordinário do partido realizado em 1993...

Efectivamente esta posição já consta há muito do programa do partido. No entanto lembraram–se de agitar essa questão agora porque às vezes é necessário "deitar achas para a fogueira" para ver se isso provoca a polémica e a discussão dentro do partido ou para tentar o seu enfraquecimento após os bons resultados das últimas eleições. Há, no fundo, quem tenha esperanças que a aproximação do novo congresso traga um enfraquecimento ao PCP...É uma estratégia política...

Na manifestação de há dois anos, a Dra. Odete Santos foi alvo de uma enorme demonstração de apoio por parte dos estudantes que em Lisboa se manifestavam por uma melhor política educativa. Para muitos de nós é uma grande curiosidade saber o que sentiu naquele momento.

Fiquei muito admirada! Estava na varanda do Parlamento e fiquei muito emocionada como é óbvio. Mas eu acho que aquela reacção está sobretudo relacionada com o facto de eu ter conservado algumas características da juventude... digamos que não amadureci o suficiente para chegar aos 58 anos acomodada para viver uma vida "cinzenta". Mantenho no fundo uma certa irreverência que por vezes pode até ser muito inconveniente... Para além disso, creio que a despenalização do aborto, que estava a lume na altura, foi também um grande contributo para essa a aproximação dos jovens.

Realmente nesse momento fiquei tão emocionada que até me caíram as lágrimas...

Odete Santos aplaudida na varanda da Assembleia da República

Márcia Oliveira
Cristina Rodrigues

A situação do cinema em Coimbra

Branco mais preto não há

Há muito pouco tempo, denunciei a situação provinciana de Coimbra em matéria de cultura cinematográfica. Nessa altura, o exemplo era o último filme de Manoel de Oliveira, Inquietude, por não se estrear em Coimbra, nem em simultâneo com Lisboa e Porto, nem em diferido, nem (creio) em sessão "especial". O mesmo ocorre, agora, com o último filme de João César Monteiro, As bodas de Deus, estrado em Lisboa e Porto.

Há muito venho denunciando, em privado, a situação calamitosa a que chegou Coimbra em matéria de cinema: uma cidade que perdeu cinco salas de cinema nos últimos dez anos - o Teatro Sousa Bastos, o Teatro Avenida (convertido em três salas, futuramente quatro) o Cinema S. Teotónio, o Cinema Tivoli, o Cinema Girassolum (convertido em duas salas) - e não viu nascer outras novas; uma cidade que viu fechar um cineclube e onde apenas resiste um cineclube universitário. Porém, uma cidade que viu nascer o ensino do cinema, encontros de cinema, publicações de cinema, um festival de cinema português, único no país (e único momento onde foi possível ver A bacia de John Wayne, de Monteiro).

Coimbra, à falta de cineastas saídos do seu regaço para o mundo de Lisboa (talvez Raquel Freire, realizadora de O Rio Vermelho e, futuramente, de Rasganço, me desminta), tem sempre acolhido com calor e entusiasmo o cinema português, todo o cinema português: Oliveira, Monteiro, Rocha, Fonseca e Costa, Sapinho, Grilo, Villaverde, Pedro Costa tiveram sempre uma especial atenção de Coimbra. Não se deve a operações publicitárias de promoção dos filmes: é genuíno o interesse dos cineastas por esta cidade, longe do poder dos média e próximo do espectador.

João César Monteiro, autor do filme "As Bodas de Deus"

Todo essa procura do espectáculo cinematográfico não tem correspondência na oferta: as salas que actuam na cidade são de iniciativa privada (Girassolum pertence ao conglomerado Castello Lopes–Lusomundo e Avenida ao conglomerado Medeia–Lusomundo) ou de instituições de ensino (S. Teotónio pertence ao de Coimbra e Gil Vicente à Universidade de Coimbra).

Porém, um privado alicerçou a sua reputação no país - e também em Coimbra - nessa missão de preencher, num nicho crescente do público, as lacunas deixadas pelas "majors" - o cinema europeu e o cinema português. A sua crescente preponderância no sector da exibição em Portugal foi acompanhada no sector da produção em toda a Europa e em Portugal.

Trata–se de Paulo Branco, patrão da Medeia Filmes (exibição), Atalanta Filmes (distribuição) e Madragoa Filmes/ Gemini Films (produção). Criou–se a lenda (provavelmente o próprio) de que Paulo Branco seria um mecenas cultural, produzindo, distribuindo e exibindo os filmes de autores marginais que, sem ele, estariam condenados ao ostracismo. Ora, se em parte é verdade (Paulo Branco é o maior produtor europeu em volume de títulos, o segundo maior distribuidor e exibidor português em sala e em video), também é certo que o seu palmarés se deve a uma sábia administração dos dinheiros públicos em proveito privado: na produção, na distribuição, na exibição e na edição em video e televisão, Paulo Branco utiliza, em esmagadora percentagem, dinheiros públicos, europeus e nacionais (governos, programas comunitários, televisões públicas).

Paulo Branco é, portanto, o maior capitalista do subsídio. É altura, finalmente, de exigir que cumpra as suas obrigações, já que faz uso dos seus direitos. Porque não exibe As bodas de Deus? Trata–se de um filme português que foi seleccionado para a secção "Un certain regard" do último Festival de Cannes! Trata–se de um realizador português várias vezes premiado no Festival de Veneza! Quantos dos filmes de plástico que Paulo Branco produz, distribui e exibe têm tais referências?

Outra lenda muito divulgada (provavelmente, também pelo próprio) aponta Paulo Branco como alternativa de gosto ao cinema comercial. Por este diapasão afinam os cineclubes resistentes, os centros culturais, casas da cultura, institutos de juventude, a Casa das Artes do Porto, entregando (em sentido literal) as suas programações a Paulo Branco. Trata–se dum verdadeiro monopólio, da produção à exibição. E se, no caso do outro monopólio (Lusomundo), o interesse pelo cinema é nulo, já Paulo Branco se afirma detentor de uma missão de cultura. Pura mistificação: Lusomundo e Paulo Branco são Dupond e Dupont, cobiçando cada um o bocado do outro.

Esta mistificação tem, de resto, emudecido a crítica de Coimbra, contente com o que tem. O que raramente tem algum interesse é remetido para umas sessões "especiais", apregoando a cultura e praticando o "gheto". Não se podem acusar os hipotéticos maus resultados da exploração comercial dos filmes portugueses e europeus como razão para a sua não exibição: como produtor e distribuidor desses filmes, Paulo Branco encaixa 50% da receita e como exibidor os restantes 50%. Então, porque não exibe o que produz e distribui? Porque os subsídios já entraram e a lei só o obriga a uma exibição para poder concorrer a novo subsídio.

E, de caminho, mete um qualquer Almodóvar que o redime do "prejuízo" de um qualquer Monteiro.

Fausto Cruchinho

Novo CD na AAC

A Secção de Fado apresenta...

No passado dia 15 de Dezembro foi lançado oficialmente, no Centro Cultural D.Dinis, o novo CD da Secção de Fado da Associação Académica de Coimbra (AAC) e o seu mais recente grupo de fados AEminium. Esta apresentação teve lugar em ambiente festivo e de confraternização, bem característico desta secção, tendo a animação estado a cargo da Orquestra Típica e Rancho, da Orxestra Pitagórica, dos grupos de fado da secção e do grupo de cordas.

Todos os grupos da secção de fado juntaram–se neste CD, à excepção do já referido AEminium (que já actuaram na serenata da Latada deste ano), que irá funcionar primordialmente como o cartão de visita desta secção, compilando desta forma alguns dos melhores trabalhos da casa. Segundo João Couceiro, Secretário da Direcção, este trabalho aposta no revivar do espiríto seccionista desta instituição da AAC, onde se iniciou a revitalização da praxe após o luto académico, demonstrando todo o dinamismo que a secção possui presentemente.

O CD "A Secção de Fado apresenta..." foi gravado durante o ano lectivo transacto pelos grupos que ainda não tinham nenhum trabalho editado. Os restantes não necessitaram de ir a estudio aproveitando temas seus já gravados e a escolha dos mesmos foi da responsabilidade de cada grupo. A apresentação gráfica deste trabalho é da responsabilidade de Rui Justiniano e é composta pelo logotipo da Secção de Fado sobreposto às imagens dos vários grupos.

Segundo João Couceiro, o orçamento global deste trabalho ronda as várias centenas de contos e, apesar de não ter um intuito totalmente comercial, eventuais lucros serão bem vistos para o financiamento da secção porque, para mais, não existiu qualquer tipo de apoio de financeiro, custeando a secção todo este projecto.

Se gosta ou tem curiosidade no trabalho da Orquestra Típica e Rancho, da Pitagórica, da Estudantina, do grupo de cordas, da Schola Cantorum ou dos vários grupos de fado que integram a secção, não perca o tão aguardado albúm que já se encontra à venda na AAC (na Secção de Fado). As duas mil cópias serão comercializadas a mil e quinhentos escudos para os sócios da referida secção e dois mil para os não sócios.

Guilherme Oliveira

Manuel Rocha, músico da Brigada Victor Jara, em entrevista

"Não tenho nostalgia de quase nada"

Manuel Rocha é um músico multifacetado. Professor, membro da Brigada Victor Jara, colaborador musical em vários projectos musicais, tais como Realejo, João Afonso, Mísia, Vitorino, Fausto, Realejo, entre músicas para filmes com Ricardo Dias. Vive em Coimbra, mas já viveu e estudou em Moscovo, capital de um país que já não existe. A música e o violino são duas grandes paixões, como dará para entender após a leitura da conversa que se segue.

A Cabra: Como é que decidiste ser músico ?

Manuel Rocha: Não decidi, decidiram por mim. Acontece. Numa certa altura a minha mãe achou que eu devia aprender música aos sete anos e depois de uma forma natural tive algumas sortes na vida como ter uns companheiros aos 14 anos anos que constituíam a Brigada Victor Jara e precisavam de um violino e...como não havia aqui muita gente...

No primeiro disco da Brigada é dito "que trazer para os palcos aquilo que o povo faz não tem sentido porque aquilo que o povo faz e onde faz aí sim tem sentido". Esta foi sempre uma grande discussão dentro da música popular, não é verdade ?

Sim. Aquilo que as pessoas fazem e como produzem é aquilo que é importante, a génese das coisas. O homem que trabalha precisa de criar uma canção que o ajude a trabalhar e isto até chegou a ser subversivo no tempo do fascismo quando os tipos diziam: "Canções de trabalho, que parvoíce, um gajo a cantar para trabalhar", não tinha razão de ser e no fundo tem razão de ser. Todos os povos encontram a expressão artística para os acompanhar na vida, não é uma questão apenas de utilidade, é uma questão da essência do próprio homem. O homem produz por que é um ser produtor. A música quando está dentro do povo tem aquela verdade, mas há uma coisa que é verdade também, é que a música acompanha o homem através da vida e acompanha os povos. É passado de boca em boca até chegar aos nossos dias . Até ao século que nós hoje vivemos as pessoas eram acompanhadas pelas canções, com a alteração dos modos de produção e da vida nas aldeias ou com a morte da vida nas aldeias claro que uma canção de trabalho como uma canção de monda não tem razão de existir. Mas alguma coisa daquilo que ficou, alguma coisa do seu tecido melódico tem alguma coisa de especial, daí que nós ouçamos.

Quando a Brigada surgiu não era muito a filosofia dos grupos da altura, nem mesmo do vosso grupo recriar mas sim recuperar tal e qual como as canções eram tocadas e cantadas...

A ideia a seguir ao 25 de Abril era uma ideia de recuperação, era também uma atitude anti–fascista, isto é, é engraçado que isso tenha surgido nos estudantes. Como sabem esta casa (a Associação Académica de Coimbra) foi uma casa de grandes dramas, as greves de 69, etc.Nós temos uma ideia mais ou menos heroicizante do povo, isto é, no pós 25 de Abril isso era muito claro. Não é por acaso que aquele grupo se começou por chamar Brigada, era uma brigada e Victor Jara porque este tinha sido morto um ano antes no Chile. E a canção do povo era uma luta pela revolução contra o regime fascista. Era um príncipio quixotesco no bom sentido da palavra.

Como é que é a relação da Brigada com outros grupos de música popular portuguesa como os Realejo, os Gaiteiros de Lisboa, no que toca a um intercâmbio musical e etnocultural ?

Eu vou dizer uma coisa que ser para as diversas àreas musicais: a malta normalmente não se encontra. É terrível mas é verdade, eu tive com os Gaiteiros de Lisboa numa entrevista e é assim que a gente se encontra. Eu acho que continuamos de alguma forma a ser muito provincianos na forma de guardar a nossa fortaleza e de facto não há muito encontro. Com os Realejo é diferente porque tivemos músicos comuns (eu fui músico dos Realejo durante muito tempo e gostei muito do tempo que lá passei). Aí é diferente, somos habitantes da mesma cidade, mas de facto eu creio que entre outros grupos é mesma coisa.

Há pouco falava de uma certa recriação de músicas populares que têm um a origem popular, no quotidiano, na vivência do próprio povo. Como é que tem sido a convivência com os "Velhos do Restelo" que consideram uma heresia o que grupos como a Brigada Victor Jara faz, de pessoas que estão ligadas a este universo, ou será que isto ainda se coloca nos dias que correm ?

Coloca–se, mas sabes são duas coisas diferentes, uma coisa é o registo tradicional, o registo sonoro e se possível de video também, o registo popular, aquiço que é um homem e uma mulher a cantar dentro do seu meio com a sua arte. Eu dou–te um exemplo: uma coisa é um registo de uma chula de paus tocada por um velhote de um registo de Giacometti, outra coisa sou eu a tocá–la que não consigo

tocar, não por querer, eu não consigo é tocar como o homem toca. O que eu penso é que aquilo que nós fazemos é outra coisa, é outra leitura, mas não é um estudo etno–antropológico do material musical.

E relativamente ao "feedback" que há dos ditos fundamentalistas?

Os fundamentalistas são importantes porque nos dão uma dimensão académica e purista das coisas, é um bocado como os pais a querer que um gajo não ponha brincos nas orelhas. Um gajo até pode pensar que as orelhas não são sítio para por brincos, mas o passo a seguir é pôr o brinco na orelha. O fundamentalismo nunca é uma boa política para nada e em relação à música com os meios de produção e divulgação que existem, hoje o próprio facto de estarmos aqui a esta mesa na Rádio Universidade a pôr música e a dizer umas palavras isso é logo uma mudança do tempo que escapa a qualquer controle dos puristas . Aquilo que nós fazemos eu penso que é meritório. Porquê? Porque temos interesse em ir buscar o material que é um material popular que no ponto de vista estético é interessante, não é por ser popular, é por ser interessante e é interessante porque é popular. Os puristas que dizem: " É pá, não, isso é lindo é cantado!", isso não acrescenta grande coisa à nossa actividade nem nos inibe.

Numa entrevista anterior afirmaste que a Brigada Victor Jara continuava a ser um grupo marginal dentro do meio musical. A situação mudou muito em relação à música popular portuguesa, deixou de haver um mercado para o tipo de música que vocês fazem?

Vamos ver as coisas sob dois aspectos. O que é certo é que esses grupos têm acrescentado alguma coisa à música, a música de raíz popular tem–se visto acrescentada. Há novos contributos que fazem com que a música seja crescentemente interessante. Por outro lado, é certo que não há um grande mercado para este tipo de música. Portugal é um país que tem uma grande carência de meios normais de divulgação da música. Não há teatros regionais como por exemplo existem em Espanha, onde as pessoas possam fazer um circuito. Sabe–se à partida que quem faz um disco depois vai bater aqueles teatros regionais todos a ganhar à bilheteira. Não faz mal nenhum, mas como acontece em Inglaterra, vai bater àqueles teatros todos e tem assegurado o seu Inverno. Nós aqui estamos normalmente sujeitos à demanda, àquilo que que se pede e para as câmaras e para quem organiza que normalmente têm interesses políticos e interessa levar os grupos da moda.

Tem–se assistido a uma certa tendência de apreço por um certo exotismo, ou seja por música étnica, por exemplo o grande êxito que está a ser o "Buena Vista Social Club", o "Hévia" da Galiza ou a "Cesária Évora" que têm conseguido um considerável sucesso comercial. Não pensas que o próximo século poderá ser um século da redescoberta das várias origens musicais dos povos?

Eu acho que sim. Isto que estávamos aqui a conversar é realmente um sinal do nosso tempo. Hoje, por exemplo, o meu amigo Ricardo Dias tocou aqui há dias para os Lovedstone com uma gaita de foles, uma banda que é altamente "trungas" e no entanto tem ali uma gaita de foles. Porque dá–me a ideia que se está a fazer essa redescoberta, a redescoberta daquilo que é original, que não aparece do dia–a–dia. Aquilo que a malta começa a descobrir de uma forma excitada é aquilo que é exótico. De repente faz–se um espectáculo do adufe, mas o adufe já existe em Portugal há centenas de anos, e a malta só agora é que sabe. Acho que isso é um sinal positivo contra aquela ideia de que " é pá isto do tempo moderno está tudo inventado!". Não está tudo inventado, se todas as cores primárias estão inventadas as misturas das diversas cores ainda não estão inventadas.E é engraçado que isso parte é de fora pra dentro, a malta tem que ver o Peter Gabriel ou o David Byrne a tocar com músicos da origem para depois dizer " se estes gajos fazem é porque se calhar têm razão".

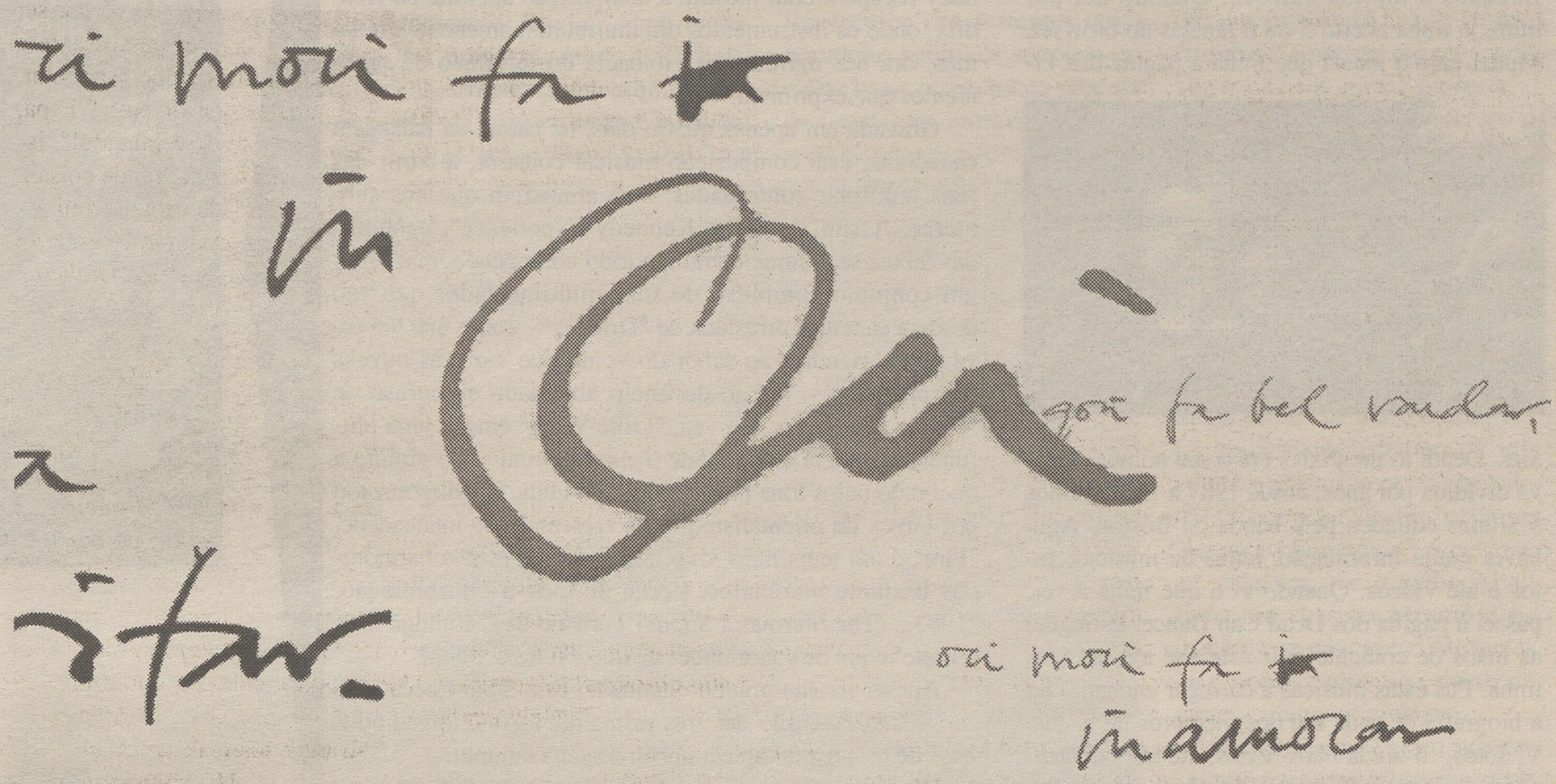
Não fazes só trabalho na Brigada Victor Jara, para além de seres professor estás envolvido noutros projectos musicais...

Sim, eu tenho feito umas coisas engraçadas. Tenho tido a sorte de poder participar nalguns projectos interessantes, estive no disco do João Afonso, colaborei com o Ricardo Dias para música para filmes, naquela série o "Ballet Rose" na "Sombra dos Abutres", estamos agora a fazer um disco também com o Vitorino. E toco com uma cantora de fado que tem uma grande saída lá fora: a Mísia, que tem–me feito observar um fenómeno interessante, tenho–me confrontado com a fome de gente lá de fora em conhecer aquilo que é diferente e o fado curiosamente conseguiu criar um bom pacote para se apresentar lá fora, a malta das nossas músicas tem que aprender alguma coisa com aquelas técnicas.

Excertos da entrevista de Manuel Rocha ao programa Espanta Pardais, dia 2 de Dezembro de 1999, Rádio Universidade de Coimbra, efectuada por José Carlos Santos e Fernando Nunes.

II Semana da Mostra Cultural da Universidade de Coimbra

Universidade à mostra



A II Semana da Mostra Cultural da Universidade de Coimbra, a decorrer de 28 de Fevereiro a 4 de Março do próximo ano, será o reatar de uma actividade que se iniciou o ano passado. Pretende–se que, ao longo de uma semana, a Academia, nas suas diferentes perspectivas, se mobilize para dar uma imagem, dentro da Universidade e fora dela, do trabalho que aí se vai fazendo no dia–a–dia.

Segundo a Prof. Dra. Maria de Fátima Silva, Pró–Reitora da Cultura, foi intenção dos diversos intervenientes apresentar um projecto que traga algumas novidades em relação ao ano anterior. Na I Semana da Mostra Cultural, realizada no passado ano lectivo, houve a preocupação de abrir o evento à comunidade urbana que cerca a Academia. Este objectivo foi conseguido sobretudo através de uma exposição sobre a Universidade (apresentada na Baixa durante todo o tempo da Mostra e até para além dele) e de alguma animação de rua feita ao longo desse período.

Este ano, para alargar o âmbito das actividades, propôs–se que as Escolas Secundárias pudessem participar activamente na Mostra, proporcionando–lhes uma visita ao património da Universidade, incluindo o Museu Académico, a audição do órgão da Capela de S. Miguel e ainda uma peça de teatro no TAGV, "O Rei Midas", nos dias 24 e 25 de Fevereiro. Esta iniciativa será uma extensão da Semana Cultural, com o objectivo de trazer os alunos do ensino secundário à Universidade.

Algumas das actividades realizadas o ano passado serão também retomadas. O dia 1 de Março, Dia da Universidade, é o ponto alto desta série de eventos e será assinalado com uma cerimónia na qual serão entregues algumas distinções a professores e alunos das várias faculdades. Ainda no mesmo dia, realizar–se-á um concerto que conta com a organização da Tuna e do Orpheon Académico.

Ao longo da Semana terão lugar mesas–redondas, debates e colóquios, um dos quais terá como tema "A Alta de volta".

A Secção de Gastronomia vai repetir o concurso gastronómico do ano passado, com a novidade de que, este ano, os concorrentes são as Repúblicas.

Há também propostas para visitas guiadas à Universidade e à cidade, coordenadas pelos professores do grupo de História de Arte. Pretende–se igualmente mobilizar os estudantes estrangeiros da Academia - o Serviço de Relações Internacionais tem como objectivo desenvolver iniciativas que representem a comunidade de estrangeiros que há na Universidade de Coimbra.

Entre as várias exposições a ter lugar destaca–se a que foi proposta pelo Instituto de Paleografia da Faculdade de Letras, que possui uma colecção valiosa e pouco conhecida de pergaminhos, doada por um professor dessa instituição.

A Semana incluirá ainda dois concursos, no seguimento do que aconteceu o ano passado. Nessa altura, os temas focados foram Poesia e Música; este ano procurou–se variar um pouco, ainda que mantendo a vertente literária. Assim, os temas a concurso este ano serão o Conto e o Desenho, para dar margem a que uma outra franja da população interessada num outro tipo de actividades pudesse também participar. Os regulamentos destes dois concursos já foram lançados e a apresentação dos originais deverá ser feita com alguma antecedência relativamente ao início da Mostra Cultural, de forma a que a divulgação e exposição dos trabalhos premiados se possa fazer ainda durante a semana de 28 de Fevereiro a 4 de Março.

Ainda segundo a Pró–Reitora da Cultura, na I Semana da Mostra Cultural da UC, notou–se uma grande adesão por parte da comunidade académica, no sentido em que este período proporcionou um espaço de convívio e de abertura ao exterior, permitindo que a Universidade se tornasse um pouco mais conhecida na multiplicidade de coisas que faz. Isto demostra que, para além da informação qualificada e erudita que uma Semana como esta deve ter, o convívio é também um aspecto importante.

Este ano, os sinais de resposta recebidos até à data têm sido bastante animadores, pelo que existem todas as razões para crer que voltaremos a ter uma semana animada e diversificada.

Leonor Tato
Cecília Santos

II semana da mostra cultural da Universidade de Coimbra

Os concursos de Conto e Desenho estão abertos a toda a comunidade académica - professores, estudantes e funcionários da Universidade.

No que diz respeito ao Conto, serão valorizados os critérios de perfeição do esquema estrutural, a originalidade e a qualidade estilística. Quanto ao Desenho, o objecto das representações deverá ser a cidade de Coimbra, entendendo–se o desenho como registo do olhar.

Os originais a concurso deverão ser entregues no período que vai de 24 a 31 de Janeiro no Serviço de Relações Públicas da Universidade de Coimbra. Haverá um júri específico para cada tema, constituído por elementos universitários e extra–universitários.

Os prémios a atribuir são também muito apelativos: 200 mil escudos para o 1º lugar, 100 mil para o 2º e 50 mil para o trabalho qualificado em 3º lugar. Os regulamentos estarão disponíveis em jornais e na Internet, de maneira a que a informação chegue a toda a comunidade universitária.

IIsem

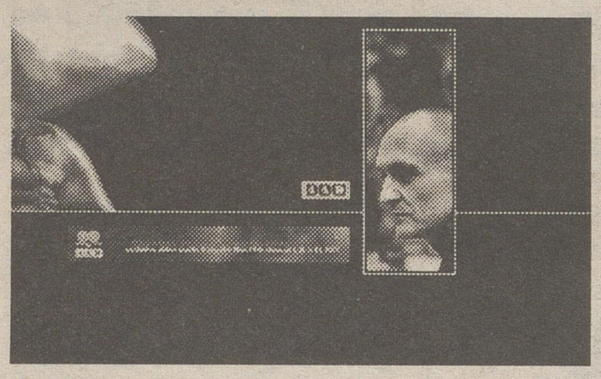
artes

LIGUE-SE

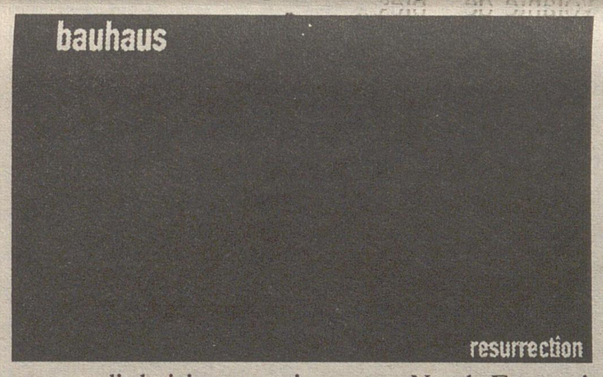
CyberCabra

O que foi feito dos Pixies?

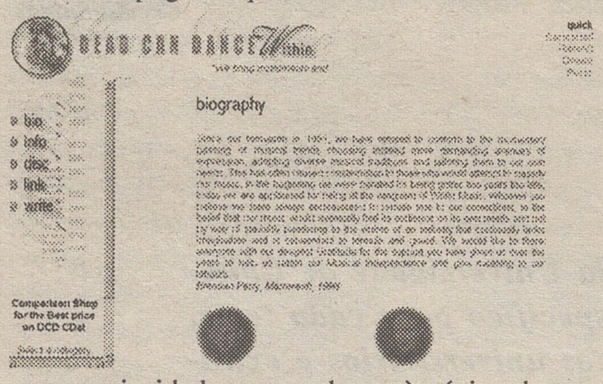
Foi esta a pergunta que me levou a visitar a página da editora deles, a 4AD. Para minha surpresa, a página encontrava–se actualizada, bem construída e visualmente agradável devido ao uso de Shockwave Flash. Aqui encontrei muita informação não só sobre os Pixies, mas também sobre Breeders, Dead Can Dance, GusGus, Thievery Corporation, Clan of Xymox, Bauhaus e muitos outros... Quando dei por mim, já tinha aberto 5 ou 6 janelas do browser. Mudei para a janela que tinha a página dos Pi-



xies. Death to the Pixies era o seu nome, e estava dividida por anos, desde 1987 a 1991, 5 anos 5 álbuns editados pela banda de Boston. Aqui havia muita informação, letras de músicas, fotos e até vídeos. Quando vi o que tinha a ver, passei à pagina dos Dead Can Dance. Esfreguei as mãos de contente pois este site até músicas tinha. Pus estas músicas a carregar enquanto lia a biografia de cada um dos membros da banda. Vi fotos, li ainda mais textos, até que quando começaram as músicas a tocar já eu me babava de tanto olhar para as capas dos álbuns que ainda não tenho. Depois de ter caído na realidade, fechei o browser e confortei–me com a ideia de que vou poder comprar mais alguns cêdêzitos



com o dinheirito que pingou no Natal. E passei ao site seguinte: Bauhaus, porreiro! Estas "lendas" estão de volta com a Resurrection Tour. Como sempre o reconhecimento veio depois da banda ter acabado em 1983, mas vende agora mais que nunca, tendo–se juntado, por isso, novamente. Depois de ver as fotos, ler algumas informações e ver as datas dos concertos passei à ultima página, que era a dos GusGus. Foi



mera curiosidade que me levou à página destes Islandeses que vieram actuar na latada deste ano, concerto esse que apesar de pouco concorrido não deixou de ser fantástico, pois a banda pôs toda a gente a dançar com a sua música electrónica.

Rui Alves

4AD
http://www.4ad.com/
Pixies
http://www.pixies4ad.com/
Dead Can Dance
http://www.inconnect.com/~caduceus/dcd/
Bauhaus
http://www.bauhausmusik.com/

OUVE-SE

The Kennedy Experience - "The Kennedy Experience" (Sony Classical, 1999)

Princípios da rebelião inteligente

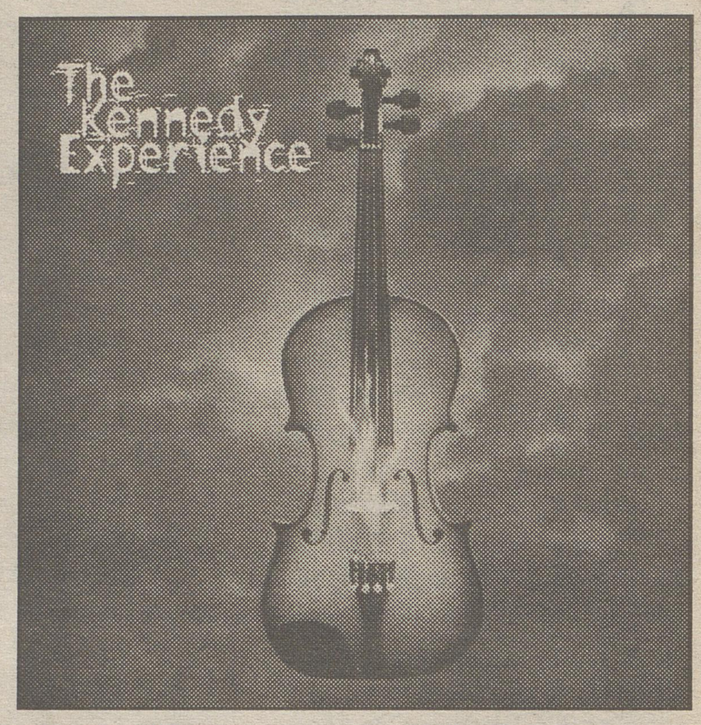
"If a musician doens't reach personal and unexpected emotional realms with is music - what the fuck is he doing?" A questão é colocada pelo próprio Nigel Kennedy na antecâmara de "The Kennedy Experience", e a resposta é aquilo que nos propõe descobrir ao longo das seis faixas que compõem o álbum. Prodígio rebelde do violino, Kennedy recupera com mestria a composição sublime de Hendrix, onde os instrumentos ora murmuram amenos secretismos, ora nos agridem na violência do turbilhão de sentimentos que exprimem.

Gravada em apenas quatro dias, na calma da paisagem canadiana, esta composição musical constrói, a partir das suas múltiplas sonoridades, uma atmosfera que nos submerge. Assim, em "The Kennedy Experience", nenhuma das faixas se assume como um todo homogéneo, mas antes um conjunto complexo de sons multifacetados que vão desde a cadência arrastada de "Drifting" - como que um divagar de Hendrix ao sabor do vento que varre as nuvens das pradarias -, até ao devaneio alucinado e confuso de "Purple Haze". Por sua vez, "Little Wing" emana uma profundidade negra e fria, onde o choro feminino do violino é quebrado pelos tons mais quentes da guitarra, entrecruzado por laivos de orientalismo, num crescendo de intensidade. "Fire" é um tema mais vivo, povoado por rasgos harmónicos bastante marcantes. Cerne de toda a interpretação, "1983... (The Merman I Should Turn To Be)" conjuga todo o vasto leque de sonoridades de que é feito o álbum.

Apesar da sua grande qualidade, este álbum peca pela demasiada extensão das três primeiras faixas, impedindo–nos de ter uma completa noção do seu conjunto.

Eis algo pessoal, inspirado por um dos criadores mais significativos do nosso século. Um álbum que reúne, de uma forma simbiótica, o inegável talento de dois vultos da música. See you later Nigel!

Tiago Marques
Filipe Damil Vicente



Beastie Boys - "The Sounds Of Science" (Grand Royal/Capitol, 1999)

Alquimistas por defeito

Fecha–se um ciclo e surge uma antologia. Os Beastie Boys consagram a sua ascenção à maturidade numa compilação dupla onde incluem de tudo um pouco, desde o punk / rock hardcore ao hip hop mais elaborado, passando pelas jazz sessions e desvios de percurso pelo folk e bossa nova.

Este trio começou a carreira gritando palavras de ordem sobre guitarras soluçantes. Avançou para a imagem de "putos de rua, irreverentes e com roupa larga e desportiva com um radio debaixo do braço" a "rapar" sobre um fundo que tanto deve ao hardcore como ao hip hop old–school, acabando por atingir os tops e o reconhecimento com o disco "Licence to Ill" (onde pontuam os hits "Fight For Your Right" e "No Sleep 'till Brooklyn").

Cresceram numa digressão onde abriam os concertos dos Run DMC e começaram a reunir duas legiões que até aí se odiavam: os rapers e os punks. Em "Check Your Head" recuaram às origens e, no magnífico "Ill Comunication", continuaram o trabalho de "Paul's Boutique".

Ainda acumularam sucessos como "Hey Ladies", "Sabotage"e "Shure Shot", lançando–se ao mundo do lounge easy–listening com "The In Sound From Way Out", um trabalho instrumental que resultou de várias "jam–sessions" com uma forte toada jazzística.

O trabalho de equipa com o produtor brasileiro Mário Caldato Júnior veio alargar os horizontes aos Beastie Boys e "Hello Nasty" marcou o ano de 1998 rendendo dois dos seus melhores singles, "Intergalactic" e "Body Movin' ", este último a contar com uma preciosa ajuda de Fatboy Slim que trabalhou na sua remistura .

Neste "The Sounds Of Science" podemos encontar os principais hinos dos Beastie Boys e muitas outras curiosidades (algumas delas até agora nunca editadas) reunidas numa embalagem de luxo, onde podemos ter acesso a quase todas as capas dos seus lancamentos e um livrinho com muitas fotografias e um texto acerca de cada tema. Uma peça essencial !

Hugo Ferreira

BEASTIE BOYS ANTHOLOGY
THE SOUNDS OF SCIENCE

feitas

VÊ-SE

"THE STRAIGHT STORY: Uma História Simples"
David Lynch

Quando o controverso realizador de "Blue Velvet" apresentou "Uma História Simples" em Cannes, as reacções foram de espanto geral. Na verdade, distante de quaisquer delírios surreais e personagens bizarras, o filme foca os sentimentos puros de um vulgar septuagenário chamado Straight. A simplicidade e a serenidade são características–chave desta obra singular que, tal como o polémico "Eraserhead" com mais de vinte anos, surpreende por se opôr a uma série de padrões que envolvemo cinema actual e, desse modo, desafiar as convenções.

David Lynch conta a história verídica de Alvin (Richard Fansworth), um homem de setenta e três anos, viúvo e com problemas de saúde, que um dia decide fazer–se à estrada para visitar o irmão Lyle (Harry Dean Stanton), vítima de um enfarte, com quem não falava há dez anos. Alvin vive em Laurens, uma pequena localidade com a sua filha Rose (Sissy Spacek), mulher "um pouco atrasada mas com excelente memória para datas" que se viu privada de criar os quatro filhos. Sem carro nem carta de condução, opta por percorrer quinhentos quilómetros de uma América rural num cortador de relva. Na longa travessia entre o Iowa e Wisconsin, Straight, debaixo de sol e chuva, enfrenta o próprio passado bem como outras histórias de vida que se cruzam com ele.

Para um filme que aborda o envelhecimento e a passagem do tempo, David Lynch recrutou dois veteranos - Richard Farnsworth que é exemplar no seu desempenho e a também desaparecida Sissy Spacek que regressa em força num papel de forte carga dramática. Torna-se evidente, na própria escolha do elenco,a opção do realizador por uma via substancialmente diferente das anteriores. Contudo, a presença da música de Angelo Badalamenti e do trabalho técnico dos restantes colaboradores habituais mantém–se e revela–se essencial na procura da forma das muitas paisagens atravessadas por Alvin Straight.

"Uma História Simples" não pode ser reduzido a um road–movie em câmara lenta, a cerca de duas horas ao volante de uma máquina agrícola. É, sobretudo, uma história belíssima, plena de emoções e de situações bastante caricatas assinadas por um David Lynch "transfigurado" que se parece cada vez mais com um ser humano.

Quanto aos que preferem o outro Lynch, é sempre interessante descobrir a sua nova faceta e, quem sabe, procurar as marcas habituais. Elas estão lá: o plano das linhas descontínuas amarelas no pavimento é em tudo semelhante à cena inicial de "Estrada Perdida", com a diferença de ser de dia e a uma velocidade característica de um veículo "John Deere". O permanente acender de fósforos de "Coração Selvagem" repete–se de cada vez que o velho Alvin fuma um charuto. Mesmo a situação que envolve o atropelamento de veados não deixa de ser tipicamente lynchiana.

O que David Lynch nos reservará a seguir? Ninguém pode prever. Por agora, o melhor a fazer é olhar para o céu estrelado que abre e fecha este grande filme na sua companhia. É simples...

João Vaz Silva

LÊ-SE

Há livros que se atrevem a desafiar os seus leitores. Este é um desses: "Exortação aos crocodilos" de António Lobo Antunes vai apostar, logo nas primeiras páginas, se o leitor conseguirá ou não chegar–lhe ao fim, e a verdade é que vencer a aposta não vai ser tão fácil como pode estar a pensar. Sabe aquele tipo de livros que se lêem durante o trajecto de autocarro de casa até ao emprego ou enquanto espera por um amigo sentado na esplanada de um café? Não têm nada a ver com este, e sabe porquê? Muito simplesmente porque livros como "Exortação aos crocodilos" exigem do leitor uma dedicação quase amorosa e uma leitura paciente, apaixonada e reflexiva. Paciente, porque vai demorar bastante até perceber o enredo, até articular entre si as diferentes personagens e as suas atitudes; apaixonada, porque um livro como este ou se lê por prazer ou não vale a pena ler - se avançar ao ritmo de um capítulo por semana cada vez vai perceber menos e a estória perderá toda a intensidade; reflexiva, porque o leitor é a "personagem pensante", isto é, metade do romance está escrita e a outra metade está sugerida nas entrelinhas que ao leitor cabe interpretar. É um exercício de intuição. Aceita o desafio?

Antes de me responder saiba que a inteligência desta obra se deve inteiramente ao génio inovador de Lobo Antunes. Este autor,nascido em 1942, é um dos casos extremos de transgressão aos cânones narrativos dominantes até meados do nosso século, transgressão caracterizada por uma inovação estrutural narrativa que desconcerta o leitor. Mas como dizia o slogan publicitário criado para a Coca–Cola por Fernando Pessoa", primeiro estranha–se e depois entranha–se", pelo menos comigo assim foi.

O livro conta as estórias de quatro mulheres completamente diferentes que no entanto desenvolvem uma cumplicidade tácita muito feminina fora do campo de compreensão das secundárias personagens masculinas: "...e ficámos as duas no quintal, a surda no terraço e eu junto à garagem, sem palavras, como os homens nem desconfiam que falamos...". Isto não quer dizer que elas fizessem parte de uma sociedade matriarcal; muito pelo contrário, todas eram apenas sombras no "men's world" das conspirações políticas do pós salazarismo. Mimi, Celina, Simone e Fátima ganham na ficção uma densidade espiritual que nem os maridos ou os amantes adivinhavam, e curiosamente são elas que ajudam os "comunistas" com a conivência do seu silêncio a destruir o "grupo saudoso da ditadura" que os seus homens formavam, levando assim a cabo uma espécie de vingança que também as sacrificou.

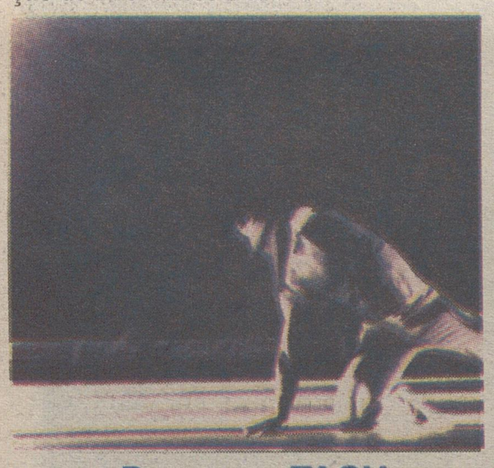
António Lobo Antunes disse uma vez numa entrevista que raramente conseguia ler um romance de outro autor contemporâneo sem começar logo a corrigi–lo. A verdade é que se nota no seu trabalho de romancista um grande rigor na ousadia e uma coerência férrea na irreverência da sua narrativa. Notar–se-á também que aproveita a sua experiência como médico psiquiatra para conferir uma extrema humanidade às personagens, que muito para além de credíveis se tornam verdadeiras e tão possíveis como qualquer um de nós: "...se ao menos estivesse no quarto para poder chorar sem que me vissem, fechar os olhos e supor um rapaz qualquer que me pagasse - não era pelo dinheiro, que me ralava o dinheiro - o autocarro, o cinema, a entrada nos bailes, conversasse comigo sem triângulos isósceles, me desse o braço na sala...". Cada capítulo é como uma página do diário de cada uma das personagens principais e, aos poucos, o leitor consegue organizar mentalmente as suas vidas. È como um puzzle: as narradoras vão–nos dando peças do seu passado e presságios para o seu futuro de forma aparentemente confusa que nos cabe encaixar numa sequência lógica. Só no fim do livro é que se coloca a última peça do puzzle.

Se é verdade, como aliás penso que seja, que "há livros que não são para amadores" (Agustina Beça Luís) este romance exige um leitor experiente que possa apreender a sua complexa grandeza. Por isso mesmo o escolhi para si, que depois de um dia de trabalho ainda consegue enfrentar com prazer uma provocação literária.

Ana Rita Calmeiro

Moon Lake Blues

O Teatro das Beiras leva a cena a sua quadragésima produção, "Moon Lake Blues" de Tennessee Williams, no Teatro Académico de Gil Vicente, no próximo dia 19 de Janeiro pelas 21h45. "Moon Lake Blues" serve, assim, de título ao espectáculo construido a partir de três peças num acto do famoso novelista, poeta e dramaturgo: "Vinte e sete vagões de algodão", "Propriedade expropriada para a demolição" e "O caso das petúnias espezinhadas". Es tes textos foram escritos na juventude do autor e são agora apresentados por um elenco de jovens actores desta companhia, com a encenação de Gil Salgueiro Nave e produção de Alexandre Barata.



Dança no TAGV

A Companhia de Dança Contemporânea de Évora deslocarse-à a Coimbra, mais concretamente ao Teatro Académico de Gil Vicente para a apresentação de dois espetáculos: "Perfilados de Medo", dia 14 e "Sonhos", dia 15. Tratando–se duma companhia criada com o objectivo de descentralizar a Dança a nível nacional, apresentará o primeiro espectáculo, dia 14 pelas 21:45, com o título de "Perfilados de Medo" contando com a Direcção Artística de Nélia Pinheiro e Rafael Leitão. O segundo, dia 15, também pelas 21h45, tem por título "Solos" e terá a coreografia e a interpretação a cargo de Catarina Trota e Hugo Goepp.

A qualidade e a quantidade dos trabalhos apresentados no 1º Concurso de Banda Desenhada - A Cabra/Dr. Kartoon- é a prova de que existe em Coimbra uma plêiade considerável de desenhadores em maré de inspiração. Este concurso teve como objectivo permitir aos participantes a sua divulgação artística e, como tal, a afirmação do seu espaço no panorama local e nacional da banda desenhada. Os trabalhos apresentados no albúm publicado com o apoio da DG/AAC, revelam grande originalidade, sensibilidade e talento. Os seus criadores merecem o nosso aplauso, apreço e gratidão. Como promotores e organizadores deste concurso, expressamos o nosso orgulho pela revelação de tantos talentos e criatividade.

Cao Sap Cao

O Teatro Académico Gil Vicente serve, presentemente e até dia 16 deste mês, de palco à Instalação de fotografias de Pedro Medeiros. A transição do território Macaense para a administração da República Popular da China é o tema central deste trabalho, que teve como ponto de partida duas viagens a Macau em 1996 e 1998. A temática é tratada de um ponto de vista pessoal, remetendo–nos para um quotidiano de convivência entre Portugueses, Chineses e Macaenses, tentando relectir a alma do território.

Embaixada Artística do Nepal

O Nepal é um país de grande diversidade étnica e cultural, onde diversas culturas encontraram condições para se desenvolverem paralelamente até um ponto de grande qualidade de produção de eventos culturais. Deste modo, esta embaixada artística pretende mostrar um pouco da imensa diversidade cultural que actualmente se produz no actual reino do Nepal. Contando com artistas provenientes das áreas da dança–teatro, canto e música, a presente embaixada representará, entre outras, a tradições tibetana, budista, indu das etnias Sherpa, Tamang, Newar e Gurung. A ver no TAGV nos dias 21 e 22 de Janeiro pelas 21h45.